

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 17 DE ABRIL E CONTINUADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2007.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E NOVE** -----

----- No dia 24 de Abril de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Português Borges da Silva, José Luís Sobreda Antunes, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe Graça Gonçalves, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro

Alexandre Valente de Assunção, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Fernando Manuel Catarino Narciso, Rosa Maria Carvalho da Silva, João Martins Vieira, Paulo Alexandre dos Santos Silva, António da Conceição Tavares, João Maria Martins Baioneto, Sílvia Mota Lopes, Rui Jorge Lopes Ferreira, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Rui Manuel Santos Matos Alves, Maria Helena Sobral Sousa Ribeiro, Feliciano Marques Martins da Cruz David, João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira, João Vitorino da Silva e Jorge Rodrigues. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- David Alexandre Ribeiro Valente, João Miguel Martins Ferreira, José Maria Ribeiro Rodrigues, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Filipe da Silva Monteiro, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina e Vítor Manuel Alves Agostinho. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Preto (PSD), por dois dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Narciso. -----

----- Nelson Coelho (PSD), por dois dias, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- Pedro Portugal (PSD), por dois dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Martins Vieira. -----

----- Rodrigo Moctezuma (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Santos Silva. -----

----- Vasco Valdez Matias (PSD), por dois dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Tavares. -----

----- José Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia. -----

----- Marta Rebelo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Helena Ribeiro -----

----- Deolinda Machado (PCP), por dois dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- João Corregedor da Fonseca (PCP), entre os dias 20 e 25 de Abril. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vitorino da Silva. -----

----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Gonçalves Pereira, já que os Deputados Municipais Carlos Barroso e Carlos Andrade, que se seguiam na respectiva lista, pediram também a suspensão do mandato por um dia. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Rui Jorge Lopes Ferreira. -----

----- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Filipe Almeida Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Baioneto. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Matos Alves. -----

----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge da Silva. -----

----- Luís Monteiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho, não tendo sido substituído. -----

----- Renunciou ao mandato, para o qual foi eleita nas listas do Bloco de Esquerda, a Deputada Municipal Sílvia Cristóvão Claro. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Primeiro Secretario** abriu a reunião, segunda da Sessão Ordinária de Abril, informando que a Senhora Presidente lhe pedira para iniciar os trabalhos porque, devido a motivos de última hora, ia chegar um pouco atrasada. -----

----- Depois, encontrando-se presente uma delegação da Coreia do Sul, solicitou ao Deputado Municipal Victor Gonçalves, Presidente da Comissão que recebera essa delegação, que esclarecesse o motivo da visita. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que era seu privilégio ir à tribuna saudar a delegação da Coreia do Sul, que hoje visitava a Assembleia Municipal de Lisboa e com a qual trocaram impressões acerca daquilo que era a realidade da Assembleia Municipal de Lisboa e aquilo que era a realidade, em termos de acção, da própria delegação que receberam, que era uma Comissão Permanente de uma província da Coreia do Sul, junto a Seul, uma área turística, segundo os informaram, de grande importância e desenvolvimento. -----

----- Em seu nome pessoal, em nome da Assembleia e da Câmara Municipal, saudou a delegação da Coreia do Sul e pediu uma salva de palmas para os seus membros. -----

----- A Assembleia, de pé, tributou uma longa salva de palmas à referida delegação, que se encontrava sentada na Sala do Plenário. -----

----- Depois, entregou à Mesa da Assembleia, como legado da delegação, a lembrança que ela trouxera que era uma reprodução de dois quadros muito célebres. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, seguidamente, deu início ao período da Ordem do Dia. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE**

SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da informação escrita, disse que neste período da informação, que ia até ao fim do mês de Março, retomara-se a actividade de princípio do ano que era normal, uma vez que foi aprovado o Plano e o Orçamento para o ano de 2007, portanto era um período em que se relançava todo um conjunto de iniciativas e se continuava um conjunto de tarefas que faziam parte do quotidiano da cidade, pese embora haver sempre lugar para novas iniciativas, novos projectos e novas realizações nas diversas áreas, do social ao ambiental até ao cultural. -----

----- Disse, depois, que do ponto de vista dos instrumentos fundamentais da cidade, a revisão do PDM encontrava-se na parte de finalização do conteúdo material da proposta de revisão, sobretudo no que se referia à planta de classificação e qualificação do espaço urbano, à carta da programação e execução e às cartas dos equipamentos de execução colectiva: social, escolar, saúde e desportiva. E também à carta do zonamento acústico. -----

----- Uma questão fundamental e inovadora neste processo de revisão do PDM, era a inclusão, em planta, da rede social e da rede de bibliotecas, assegurando-se, dessa forma, as disponibilidades do solo urbano para que esses equipamentos colectivos fossem uma realidade e dessa forma contribuir para a sustentabilidade e a coesão social no desenvolvimento urbano da cidade. Esses eram os dois grandes vectores nos quais deviam apostar no futuro. -----

----- No domínio da habitação, disse que era de referir, em primeiro lugar, a aprovação, pela Câmara, de um conjunto de medidas imediatas conducentes à oferta de habitação acessível a todos os estratos sócio/económicos, portanto a toda a procura, através da venda de fogos municipais com valores finais até cerca de metade do preço de mercado, ou do seu arrendamento para valores inferiores até 25%. Esperavam, pois, dessa forma criar condições efectivas para um novo repovoamento da cidade, sobretudo do centro histórico onde as perdas populacionais e o envelhecimento eram mais acentuados. -----

----- Por outro lado, nesse contexto, não podia deixar de referir também o facto da Câmara ter finalizado e enviado à CCDRLVT os planos de pormenor dos bairros da Serafina e da Liberdade, com o objectivo de fazer uma renovação integral das condições de habitabilidade e preservar o património existente nesses bairros da cidade, cuja área de 32 hectares foi declarada área crítica de recuperação e de reconversão urbanística. Com certeza lembrar-se-iam que essa foi, talvez, uma das primeiras preocupações e compromissos da actual maioria para com o eleitorado, em Outubro de 2005. -----

----- Mas também, nessa linha, pretendia realçar que era de vital importância para a Cidade de Lisboa a aprovação dos loteamentos, de iniciativa municipal, dos bairros da Boavista e Padre Cruz, com vista à efectiva reabilitação integral dessas zonas, cumprindo-se, assim, um dos maiores desígnios do Executivo e conseqüentemente dos lisboetas que nele depositaram a sua confiança. Esses loteamentos foram aprovados, por uma expressiva maioria, na reunião pública de Câmara em finais de Março, e tem havido uma permanente actividade de acompanhamento e participação da população no desenvolvimento desses projectos, o que os tornava também verdadeiramente pioneiros, e sustentado do ponto de vista do que era uma política urbana actual e assente em valores de participação democrática. -----

----- E também o programa de arrendamento jovem, LX ReHabilitar o Centro, constituía um sucesso bastante assinalável, com 318 candidaturas recebidas para as casas colocadas no mercado de arrendamento pela Câmara. -----

----- Ainda no campo da habitação, destacou a entrega de chaves aos moradores do Bairro de Calvanas, que foram realojados definitivamente. Todos conheciam bem a história do Bairro de Calvanas e todo o processo que conduziu a uma solução que foi ao encontro da justiça que era devida a esses moradores, que finalmente estavam a viver nas suas casas de forma definitiva. Neste período, foram ainda atribuídos mais 20 fogos municipais pelo Departamento de Gestão Social do Parque Habitacional. ----

----- Prosseguindo, disse que a intensificação das acções de planeamento urbano continuava, estando em desenvolvimento e acompanhamento de elaboração diversos instrumentos urbanísticos, entre planos de pormenor, planos e urbanização e loteamentos de iniciativa municipal, de entre os quais se destaca, neste período, o envio à CCDRLVT da proposta preliminar do plano de pormenor, em modalidade simplificada, do projecto urbano do *Campus* de Campolide da Universidade Nova de Lisboa, que iria criar melhores condições para que naquela zona se congregassem diversas faculdades dessa Universidade e se tirasse partido de uma localização excelente para um pólo universitário de excelência. -----

----- Na área dos equipamentos, disse que destacava três projectos de especialidades já em fase de execução: o Centro de Saúde da Charneca/Ameixoeira e o Centro Social da Musgueira Norte/ATL, estes dois já em fase de execução, bem como o da Escola Básica Integrada da Quinta das Conchas, que se encontrava em início de obra. -----

----- E merecia também destaque a abertura da Pista de Atletismo da Alta de Lisboa, por ocasião da homenagem que era devida ao grande vulto do desporto nacional, Mário Moniz Pereira, que já anteriormente tinha sido homenageado através da atribuição do seu nome àquele equipamento desportivo da maior importância, uma pista de atletismo com todas as capacidades para desenvolver qualquer tipo de prova de atletismo, quer a nível nacional, quer a nível internacional. E, simultaneamente, o Prof. Mário Moniz Pereira foi também agraciado com a Medalha de Honra da Cidade, a mais alta distinção do Município, que tinha sido anteriormente aprovada, por unanimidade, em Sessão de Câmara. -----

----- Foi uma cerimónia que tiveram a honra de ser presidida pelo Senhor Presidente da República, e que congregara todas as áreas políticas, sociais e desportivas, em

torno de uma figura incontornável que muito fizera pela boa imagem de Portugal no estrangeiro, ao longo de muitos anos. Portugal muito lhe devia, e a Câmara Municipal de Lisboa ficava muito honrada por poder ter uma pista como essa para o desenvolvimento da actividade desportiva, nomeadamente dos jovens, numa zona reabilitada da Cidade de Lisboa. Portanto, prestara-se aí um acto da mais elementar justiça para com uma figura como o Prof. Mário Moniz Pereira. -----

----- Tendo como objectivo a melhoria do ambiente urbano e a qualificação crescente do espaço público da cidade, dava também uma nota de realce às acções desenvolvidas neste período, como, por exemplo, o alargamento da recolha selectiva porta-a-porta a 215 fogos das freguesias da Charneca e Ameixoeira e a 1200 fogos na de Santa Maria dos Olivais. E salientava, ainda, a mega-operação de limpeza de cartazes publicitários em todo o eixo central da cidade, dos Restauradores até ao Campo Grande, efectuada pela Direcção Municipal de Ambiente Urbano. Tratava-se de uma acção que não era isolada, que foi iniciada justamente tendo em vista outras do mesmo género que a Câmara queria avançar de uma forma eficaz, bem planeada, bem articulada com as Juntas de Freguesia e com os serviços, por forma a eliminar-se cada vez mais a poluição visual e as ilegalidades dos cartazes publicitários e também dos *graffitis*, em relação aos quais em breve se iniciaria uma actividade intensa e dedicada a essa limpeza na cidade. -----

----- No âmbito da gestão e melhoria do espaço público, disse que assumia enorme importância a definição dos critérios e parâmetros para a sistematização do espaço público de Lisboa, que foi apresentado recentemente em Sessão de Câmara, e que era uma base para uma nova regulamentação municipal que disciplinasse e introduzisse normas claras e orientadoras para a sistematização do espaço público de uma forma que fosse consentânea com essa valorização que se pretendia, respeitadora do meio ambiente e que salvaguardasse também, obviamente, os direitos da publicidade institucional que era devida e merecida na cidade. -----

----- Por outro lado, o esforço realizado pela autarquia para enfrentar, de forma pragmática, o problema das viaturas abandonadas na via pública, removendo-as e enviando-as para reciclagem – que em 2006 foram cerca de 1800 e em 2007 pensavam que seriam bastantes mais – com evidentes ganhos na melhoria do ambiente urbano e permitindo libertar cerca de 10 quilómetros de via para estacionamento na cidade. -----

----- Continuando, disse que este foi também o período em que houve um evento trazido à Cidade de Lisboa, por iniciativa da Câmara, nomeadamente do Sr. Vereador António Prôa, para apoiar a vinda a Lisboa do antigo candidato à Presidência dos Estados Unidos da América, Al Gore, e apresentar, ao vivo, toda uma conferência que suscitara o maior interesse e a maior atenção, como tem vindo a ser feito em todo o mundo, sobre as questões globais da sustentabilidade ambiental. Portanto, foi uma oportunidade para melhor conhecerem e melhor estarem sintonizados com aquilo que todos podiam e deviam fazer, na sua rua, na sua freguesia, na sua cidade para contribuir para resolver um problema que era de todos. Daí congratular-se com esta iniciativa do Sr. Vereador António Prôa, da Câmara e de outras entidades,

nomeadamente também a Lisboa É Nova, em prol do ambiente e do desenvolvimento sustentável. -----

----- Ainda no âmbito do ambiente, disse que a Câmara anunciou a intenção pioneira de elaborar, em parceria com a QUERCUS, um programa municipal para as alterações climáticas, por forma a poderem dispor de um diagnóstico quantificado, poderem definir medidas a adoptar pela capital do País e deste modo uma definição exacta sobre qual devia ser o papel de Lisboa num âmbito mais vasto da luta contra a alteração climática global. Não podiam pensar que pelo facto de serem uma pequena cidade produtora deviam ficar de fora dessa luta que era de todos, porque era um dever ético que deviam assumir para com o problema das irregularidades ou alterações climáticas. -----

----- Referiu, depois, a propósito do Dia Mundial da Água, que foi inaugurado no Parque da Bela Vista/Sul, uma nova zona verde da cidade, adicionando mais 22 hectares às áreas de espaços verdes da cidade, e chamava a atenção que a Câmara fazia questão, tal como no passado, que o Parque da Bela Vista/Norte, a Quinta das Conchas, a Quinta dos Lilases, ou o Parque de Monsanto, fossem zonas verdes para serem utilizadas pelas pessoas. Não queriam que fossem zonas verdes para serem vistas ao longe, mas que fossem vividas pelas pessoas, tal como tem sido Monsanto e as quintas das Conchas e dos Lilases onde havia uma afluência crescente de pessoas, especialmente no fim-de-semana, para recreio e lazer. -----

----- Ainda no domínio do espaço público, disse que se encontravam já em projecto de execução as beneficiações que estavam previstas para vários miradouros da cidade, dos quais o do Castelo de São Jorge, da Senhora do Monte, da Penha de França, do Parque Eduardo VII – Alto do Parque, da Graça, de Santa Clara, do Jardim do Torel. Tudo isto não só para contribuir para o bem-estar e para a qualidade de vida das populações residentes, mas também, obviamente, para os turistas que afluíam a Lisboa de uma forma crescente e significativa. Aliás, os números diziam que a afluência de turistas a Lisboa registara um valor superior a 14% no ano de 2006, e por isso era preciso apostar cada vez mais na qualidade da cidade para poder acolher iniciativas turísticas e eventos culturais do maior interesse ou científicos. -----

----- Disse que Lisboa foi a cidade europeia com maior crescimento turístico em 2006, segundo dados fornecidos pelo Barómetro da Organização Mundial de Turismo, ultrapassando cidades como Madrid, Paris e Londres. Lisboa, em termos de ocupação hoteleira, crescera, em 2006, 14,6% por comparação com 2005, e desde 2004 era o principal destino turístico nacional. -----

----- E como factor fundamental para essa confiança na Cidade de Lisboa como destino turístico, salientava também a questão da segurança. Não era demais realçar que Lisboa era não só considerada, a par de Helsínquia, a capital europeia mais segura como também a mais atractiva, em termos turísticos, no espaço europeu com 27 países. -----

----- Por outro lado, Lisboa subira também seis lugares no *ranking* global de qualidade de vida nas cidades, ocupando a 47ª posição e ultrapassando cidades como Nova Iorque e Milão. Esse estudo, feito por uma empresa líder mundial em consultoria, foi

realizado com base em 39 indicadores e foram analisadas 215 cidades, pelo que era para a Câmara gratificante registar isso mas era também uma responsabilidade porque não queriam baixar essa fasquia, estavam empenhados em continuar a fazer aquilo que tinham a fazer para obter os resultados que têm obtido. Portanto, não baixar os braços e continuar determinados a prosseguir o caminho que levava também a que Lisboa assistisse, nos últimos tempos, ao contrário daquilo que era muito questionado, à afirmação da sua atractividade em termos de instalação de empresas. Veja-se, por exemplo, a DHL e outras empresas de grande dimensão mundial que se instalaram, recentemente, em Lisboa. -----

----- Portanto, a proveniência de visitantes de todo o mundo, de inúmeros turistas, de empresas e de iniciativas culturais, muitos os encorajava para continuarem a desenvolver acções no domínio da cultura, da animação urbana e da dinamização do comércio e, simultaneamente, melhorar os espaços públicos centrais da cidade fazendo deles zonas de excelência. -----

----- Nesse contexto, a Câmara aguardava ainda as contrapartidas financeiras da construção do Casino Lisboa, no Parque das Nações, que fizera um ano na passada semana, para investir esses recursos financeiros em equipamentos culturais e desportivos, fundamentais para o reforço das microcentralidades turísticas previstas no Plano Estratégico do Turismo de Lisboa, como, por exemplo, Belém, o Centro Histórico e o Parque das Nações, articuladas pela frente ribeirinha da cidade. Já pedira uma audiência ao Sr. Presidente do Instituto de Turismo e ao Sr. Ministro da Economia justamente para desbloquear de vez aquilo que já não se justificava estar atrasado neste momento.-----

----- No capítulo da animação cultural, destacou a contínua dinamização e melhoria da programação dos teatros municipais, com complementaridade e diversidade de públicos hoje fidelizados, nomeadamente através de iniciativas como aquelas que pontuaram as comemorações do Dia Mundial do Teatro, comemorações essas que se estenderam por mais de uma semana tal o conjunto de iniciativas levadas a cabo. -----

----- Também já desde algumas semanas a esta parte, o Cinema São Jorge dispunha de uma programação permanente, cumprindo, assim, o objectivo de diversificar a oferta de espaços culturais na Cidade de Lisboa. Mas também o Museu da Cidade ou o Museu do Fado e outros equipamentos culturais de referência em Lisboa, registavam uma dinâmica crescente de iniciativas e de visitantes. E uma palavra especial para o filme que a Câmara apoiara no início do mandato, sobre o fado, da autoria de Carlos Saura, de Galvão Teles e de Ivan Dias, que desde o início se propuseram apoiar o desenvolvimento de um filme que podia, de forma muito positiva, consagrar o fado internacionalmente como bandeira nacional. O filme estava terminado e iria ser apresentado, dentro de semanas, no Festival de Cinema de Canne, e tinha a certeza que iria ser um contributo inestimável para a candidatura do fado a património, não material, da humanidade. -----

----- Ainda no âmbito da cultura referiu a actividade do Teatro Municipal S. Luiz, que neste período, na Sala Principal ou no Jardim de Inverno, acolhera mais de dez mil pessoas, entre espectadores e participantes em debates, palestras ou visitas. E também

o Teatro Maria Matos apresentara vários espectáculos distintos com grande sucesso nas áreas de artes performativas e de música. -----

----- Continuando a referir-se à cultura, disse que merecia destaque o avanço significativo que foi dado no processo de digitalização da documentação do acervo do Arquivo Municipal de Lisboa, e a realização de um DVD do Arquivo Municipal de Lisboa 2007. -----

----- Na área da educação, disse que desejava salientar que existia uma clara intensificação do trabalho permanente e sistemático com os agrupamentos verticais de escolas e jardins-de-infância, nomeadamente no desenvolvimento de actividades conjuntas e de programas de apoio sócio-educativo junto das escolas básicas do 1.º e 2.º ciclos e jardins-de-infância, assim como a articulação com vários serviços do Ministério da Educação, ACIME, outros Ministérios, instituições diversas e apoio a entidades não governamentais. -----

----- Referindo-se ao eixo estratégico da actividade da Câmara que tinha a ver com a “Cidade de Empreendedores”, disse que pretendia fazer uma referência ao grande evento internacional previsto para Lisboa, concretamente a cerimónia da atribuição das novas 7 Maravilhas do Mundo Moderno, em parceria com a empresa “New Seven Wonders Portugal”, que traria a Lisboa grande projecção mediata internacional e contribuiria certamente para o desenvolvimento económico e turístico. -----

----- Esse evento ocorreria no dia 7-7-2007, que por acaso era também o 7º dia da semana, e só na altura teria quatro horas de transmissão televisiva em directo para todo o mundo. E aí havia três factores a salientar: -----

----- O primeiro, era que Lisboa iria ser o palco de apresentação da nomeação e consagração dessas novas 7 Maravilhas do Mundo Moderno e, portanto, por essa razão Portugal e Lisboa iriam estar no centro das atenções mundiais. Daí a oportunidade também, tal como foi feito no passado com a EXPO’98 ou o EURO’2004, de propagandear a imagem do País e de Lisboa, pelos melhores motivos, para todo o mundo. -----

----- O segundo, de que se deveriam orgulhar, era que foi adicionado a esse programa a atribuição, ou o reconhecimento, das 7 Maravilhas de Portugal. Ou seja, a organização aceitara, incluía e vinha já acompanhando os passos semelhantes que, em termos de processo de qualificação, eram necessários para a atribuição das 7 Maravilhas de Portugal. Esse processo estava a decorrer também na Internet, como estava igualmente o referente às 7 Maravilhas do Mundo no qual já votaram mais de 20 milhões de pessoas, pelo que apelava também ali ao bairrismo alfacinha de todos para que contribuíssem para as duas candidaturas. -----

----- O terceiro, era lembrar por que era que Lisboa foi escolhida para acolher essa iniciativa. Lisboa preencheria mais que todas as outras cidades, um conjunto de requisitos muito apertado, muito rigoroso e muito exigente, entre os quais a questão da capacidade hoteleira, a questão da segurança e também a questão de haver recintos com capacidade para um espectáculo dessa dimensão. -----

----- Portanto, era de salientar que Lisboa hoje preenche, de uma forma melhor que muitas outras cidades, os requisitos para poder acolher iniciativas desta natureza. E

disso dava nota como responsável pela entidade que teve a coragem de avançar para essa candidatura, mas, obviamente, tendo por trás a convicção que Lisboa, hoje, estava à altura de poder acolher qualquer grande iniciativa dessa natureza, sem complexos relativamente a qualquer outra cidade do mundo. -----

----- Mas para além desse, Lisboa continuava a ser palco de numerosos eventos, congressos e feiras internacionais, como as que tiveram lugar no período em análise: a SEGUREX – Salão Internacional da Protecção e da Segurança; a TEKTONICA – Feira Internacional da Construção e Obras Públicas; a PRODIGITAL ou a Feira de Antiguidades de Lisboa; que constituíram eventos que atraíram grande número de visitantes, nacionais e estrangeiros, à capital e contribuía para a sua dinamização económica e turística. -----

----- Lisboa esteve também representada, recentemente, na V Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis, que teve lugar em Sevilha, onde foi reafirmado o compromisso para com a sustentabilidade urbana, trazendo as questões da sustentabilidade para as ruas e para a ordem do dia, participando nas reflexões e no intercâmbio de ideias e acções que serviam para que as cidades possam evoluir para melhores lugares para viver e trabalhar. -----

----- Destacou também a participação da Câmara em redes internacionais de cidades e sistemas metropolitanos, nomeadamente no âmbito da Conferência das Cidades do Arco Atlântico, onde se tinha revelado de grande interesse a participação, estando a Câmara Municipal de Lisboa a presidir à Comissão de Cultura e tendo também apresentado propostas de trabalho e de projectos conjuntos no quadro das Comissões Temáticas de Desenvolvimento Económico e de Desenvolvimento Urbano e Cidades Portuárias. -----

----- A Câmara esteve também representada, neste período, como era habitual de há 10 anos a esta parte, em conjunto com a EPUL, no MIPIM 2007, em Canne, com um *stand* de Lisboa, tendo participado ainda no júri dos prémios deste ano. -----

----- No eixo “Lisboa, Cidade de Modernidade e Inovação”, disse que era justo destacar o trabalho permanente de actualização do cadastro e de modernização administrativa interna dos serviços da Câmara, onde um processo notório era hoje possível constatar relativamente há um ano atrás, dando como exemplo a melhoria da aplicação LX Cadastro, com o desenvolvimento da aplicação para as infra-estruturas do subsolo. -----

----- Por outro lado, a actualização e introdução de novas plantas no *site* da Internet sobre a Revisão do PDM, era também uma marca da progressiva modernização administrativa mediante uma maior penetração das tecnologias da informação e da comunicação, e da forma como elas fomentavam a participação dos cidadão nos processos de planeamento e de decisão política. -----

----- Nesse sentido, desejava destacar o projecto-piloto de implementação de um sistema de qualidade na Câmara Municipal de Lisboa, atendimento e fiscalização no licenciamento urbanístico, como uma medida de modernização administrativa de grande importância. -----

----- Destacou também as obras de grandes infra-estruturas rodoviárias fundamentais em curso, que estavam a ser cuidadosamente acompanhadas pelos serviços municipais, como a conclusão do Eixo Norte-Sul – que a última informação que tinha da tutela dizia que seria terminado em Agosto – e a nova Av. Eng.º Santos e Castro, que poderia avançar em breve por forma a tirar o melhor uso do Eixo Norte-Sul. E, nesse domínio, também a grande importância que era o acompanhamento das obras de expansão da rede do Metropolitano, que finalmente também começaram na Linha Amarela, na ligação entre a Gare do Oriente e o Aeroporto, que seguramente contribuiria para uma melhor mobilidade na cidade e diminuir o uso do transporte individual. E depois, na Linha Vermelha, as novas estações Saldanha II e São Sebastião II, resultantes do prolongamento dessa linha entre a Alameda D. Afonso Henriques e São Sebastião da Pedreira. -----

----- Mas também a centralização de parques de estacionamento por parte da EMEL, com os novos parques do Campo Grande, Av. dos Combatentes e Parque Mayer, o alargamento das competências de fiscalização da EMEL, que ali foi aprovado e que era fundamental para introduzir, no âmbito do novo Código da Estrada, maior disciplina e rigor na gestão do estacionamento, além das áreas de estacionamento de duração limitada, que permitiram retirar da via pública mais de 200 viaturas estacionadas de forma abusiva e ilegal (em segunda fila, em cima de passeios, etc.). ---

----- E igualmente as novas instalações semaforicas (SLAT) em execução na Av. Calouste Gulbenkian ou na Estrada da Luz, e as remodelações da sinalização semaforica existente, eram apenas alguns exemplos das intervenções realizadas no âmbito da melhoria da qualidade da mobilidade, do espaço público e da segurança rodoviária. -----

----- Prosseguindo, disse que merecia ainda destaque a participação da Câmara na SEGUREX 2007, com a presença de um *stand* para divulgação das actividades e materiais pedagógicos produzidos no âmbito da Segurança e Protecção Civil municipais, que, aliás, continuavam a ser um paradigma de qualidade em termos nacionais. -----

----- E ainda, nesse âmbito, a comemoração do Dia Mundial da Protecção Civil, a 1 de Março, através do lançamento do *site* de segurança infantil www.tinoni.com. -----

----- Referiu que a Câmara Municipal, em colaboração com a Agência Lisboa E-Nova, ia iniciar auditorias energético-ambientais nos edifícios municipais, com vista à optimização do seu desempenho, sendo o edifício central do Campo Grande o primeiro a ser alvo dessa auditoria, que decorreria ao longo de um ano. -----

----- A propósito disso, chamou a atenção que a Europa era um continente importador de recursos energéticos, nomeadamente combustíveis fósseis, onde actualmente 40% da energia total era despendida no sector da habitação. Portanto, toda a preocupação com um bom planeamento, uma boa regulamentação e uma boa execução de edifícios contribuía para a redução dessa percentagem de consumo de energia na Europa e para efeito das questões ambientais e de sustentabilidade urbana. -----

----- Mas merecia ainda destaque o programa de Gestão Centralizada de Compras na Câmara Municipal de Lisboa, que começara a ser implementado em meados do ano

passado e já apresentava resultados concretos em termos de custos e gastos, permitindo uma poupança muito significativa na ordem dos três milhões de euros. ---

----- Disse, ainda, que os objectivos globais permaneciam centrados na melhoria da qualidade de vida urbana e na mobilidade dos cidadãos, e também no potenciar do desenvolvimento económico e da competitividade urbana, para o qual era fundamental continuar a modernização das infra-estruturas da cidade e aumentar a penetração das novas tecnologias da informação e da comunicação, de modo a criar todos os dias uma cidade mais moderna, mais justa e mais solidária. -----

----- A terminar, disse que desejava dar ainda duas palavras finais: -----

----- Uma primeira palavra para dizer que foi neste período que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Fontão de Carvalho, optara por suspender o seu mandato, e ali deixava uma palavra do seu testemunho pessoal e institucional de solidariedade para uma pessoa que julga ser considerada e estimada por todos. Via com apreensão todo este período e queria desejar-lhe que pudesse regressar o mais breve possível. -----

----- Uma segunda palavra para dizer que amanhã, finalmente, seria inaugurado o Túnel do Marquês. O Sr. Vereador Pedro Feist vinha coordenando as acções, quer no que dizia respeito ao acabamento das obras, quer no que dizia respeito à inauguração. Aliás, aproveitava para dizer que se havia ali alguém que não tivesse sido contactado para a inauguração desde já estavam todos convidados para se juntar amanhã, às 14:30 horas, junto do Pavilhão Carlos Lopes, no Parque Eduardo VII, para a cerimónia. -----

----- Tratava-se de um túnel que se orgulhavam de preencher os melhores requisitos de qualidade construtiva e de segurança que havia no País, o que provava que aquilo que prometiam cumpriam, e com certeza que mais daqui a algum tempo teriam efectivamente a prova que ele era bom para a Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que da informação que o Sr. Presidente da Câmara acaba de prestar à Assembleia, e do documento escrito que a acompanhava e suportava, o PSD queria começar por concluir que o Executivo municipal continuava a desenvolver a sua actividade, empenhado em contribuir para uma Lisboa melhor e com melhor qualidade de vida. --

----- Sobre essa actividade, ocorrida entre Fevereiro e Março do corrente ano, não se iriam alongar e entenderam seleccionar o eixo “Lisboa Cidade de Bairros” como merecedor de destaque, considerando o conjunto de iniciativas e medidas concretas de relevo para a vida de Lisboa que ele manifestara nos referidos dois meses de mandato.

----- Efectivamente, e na linha do que tem sido assumido pela Câmara Municipal de Lisboa, o rejuvenescimento da população da cidade era um dos maiores desafios, pelo que importava que, ao nível do Município, se desenvolvessem políticas que permitissem esse rejuvenescimento. -----

----- Nesse sentido, e enquanto um dos vectores dessas mesmas políticas, a conclusão de grandes projectos de reabilitação urbana, a oferta de habitação a preços acessíveis, a revitalização do espaço público e a segurança, eram, entre outros, essenciais. -----

----- Mereciam por isso destaque, para o PSD, a oferta de habitação acessível a todos os estratos sócio/económicos, os planos de pormenor dos bairros da Serafina e da

Liberdade, o programa de arrendamento Lisboa ReHbitar o Centro, o centro de saúde na Charneca/Ameixoeira, o centro social da Musgueira com a escola básica integrada da Quinta das Conchas, ou, ainda, os loteamentos de iniciativa municipal dos bairros da Boavista e Padre Cruz. Com relevo, também no espaço público, para o alargamento da recolha selectiva porta-a-porta, para a remoção de cartazes e *graffitis*, entre a Praça dos Restauradores e o Campo Grande, ou a remoção de viaturas abandonadas na via pública. -----

----- A inauguração do Parque da Bela Vista/Sul e a elaboração, com a QUERCUS, do programa municipal para as alterações climáticas, demonstravam as preocupações ambientais da Câmara Municipal de Lisboa, fosse no imediato, fosse a prazo, dando o exemplo de pensar o futuro com qualidade e de forma sustentável, o que assinalavam com satisfação. -----

----- Por outro lado, as preocupações com a mobilidade iam tendo resposta com novos parques de estacionamento, como sejam os do Campo Grande, da Av. dos Combatentes e do Parque Mayer, neste caso resolvendo a situação com a Bragaparkes, mas também com novas instalações semaforicas na Av. Calouste Gulbenkian e na Estrada da Luz. -----

----- Seguidamente, disse que ia referir um ponto que nunca deixariam de tocar sempre que estivesse em causa a actividade da Câmara, ou sempre que estivessem a analisar instrumentos de natureza orçamental ou financeira. -----

----- Era evidente que a situação financeira em que a Câmara Municipal se encontrava, e que decorria de muitos compromissos irresponsavelmente assumidos em gestões anteriores dos partidos agora da oposição, a que acrescia o estrangulamento financeiro a que o Governo votara Lisboa, dificultavam enormemente o trabalho deste Executivo, estrangulamento financeiro esse traduzido na Lei das Finanças Locais que era lesiva dos interesses de Lisboa, no Orçamento de Estado que continha erros grosseiros, assumidos mas não corrigidos, que esbulhavam Lisboa em milhões de euros a que tinha direito, ou no incumprimento da entrega à Câmara Municipal de Lisboa das contrapartidas financeiras do casino, também em pleno e completo desrespeito e violação das leis da República, legitimamente aprovadas pelos órgãos de soberania. -----

----- Este, disse, seria um tema que o PSD não deixaria de referir até que fossem corrigidas essas ilegalidades e esses atentados ao cumprimento da lei, num Estado Democrático como o português. -----

----- Mas era um facto que, mesmo assim, a posição de Lisboa em vários *rankings* internacionais, enquanto cidade atractiva para o turismo, para o investimento e para os eventos internacionais, tinha vindo a melhorar, o que era revelador da imagem que a cidade tinha no estrangeiro, da qual resultavam mais-valias evidentes para todos aqueles que nela viviam. -----

----- Referiu que fazendo como era hábito o PSD fazer, passava a um exercício que valia sempre a pena na medida em que revelava, em termos quantitativos e concretos, o posicionamento dos vários partidos no Executivo, em matéria de votação de propostas. Nos meses da informação escrita, Fevereiro e Março, foram apresentadas,

discutidas e votadas 82 propostas das quais apenas cinco foram aprovadas pela maioria PSD, sendo que 65 o foram com os votos dos restantes partidos, o que dava uma taxa de aprovação, para além dos votos do PSD, de quase 80%. Ou seja, em Lisboa o PSD continuava a desenvolver o seu trabalho autárquico cumprindo o programa a que se propusera e que os lisboetas sufragaram maioritariamente, mas continuando sempre a abrir o espaço para encontrar maiorias alargadas em propostas que defendessem Lisboa. Assim a oposição cumpria também o seu papel! -----

----- **A Deputada Municipal Maria da Graça Ferreira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção, fizera uma chamada de atenção para as preocupações de natureza social, e presidindo ela a uma freguesia da cidade que foi classificada como sendo a mais difícil de Lisboa e por consequência a mais difícil do País, enfim não sabia se isso era verdade mas que era difícil era e, sobretudo, era verdade que era uma freguesia extremamente carenciada. -----

----- Por isso mesmo, as preocupações sociais que o Sr. Presidente da Câmara manifestara, nomeadamente em relação à vertente da habitação social, seriam muito bem aplicadas no concreto se tivessem em conta essas zonas efectivamente muito carenciadas da cidade. Chamava a atenção que aquilo que acontecia na cintura de Lisboa tinha efeitos inegáveis nas restantes zonas da cidade, pelo que tudo o que de positivo fosse feito nessas áreas seria absolutamente importante. -----

----- Isso era inquestionável, e justamente por essa razão referia dois aspectos que lhe pareciam fundamentais: as estruturas sociais e a habitação social. -----

----- No domínio das estruturas sociais, disse que o centro-de-dia do Reguengo estava num edifício destinado a duas valências: a centro-de-dia para idosos e também para crianças. Nessa zona não havia rigorosamente nada, nem em termos sociais nem em termos culturais, era uma zona absolutamente entregue a si própria e ao amadorismo das pessoas. Portanto, tinham lá um edifício que estava concluído há quase um ano, faltando os espaços envolventes e um muro de delimitação. E porquê o edifício não estar a cumprir a sua função e os restantes aspectos não estarem também concluídos? O edifício estava-se a degradar, as pessoas a necessitar dos seus serviços, e em tudo isso já ia tempo demais. -----

----- Por outro lado, também perguntava ao Sr. Presidente da Câmara o que pensava em termos de acessibilidades. Isto é, quando o referido edifício viesse a funcionar como era que as pessoas se iam deslocar visto que passaria a ser uma zona onde trabalhariam variam pessoas. -----

----- Passando à habitação social, disse que era um flagelo na freguesia, todos sabiam disso. As necessidades eram muitas e foram já pela Junta identificadas, em termos de priorização por bairros temáticos, e já enviaram para o Pelouro respectivo da Câmara essas mesmas prioridades. Evidentemente já foi alterado o Vereador responsável e isso vinha dificultar mas também não desculpava tudo. Apesar de terem indicado as necessidades mais prioritárias, porque necessidades seriam quase todas excepto os realojamentos já efectuados, indicaram também as casas disponíveis dos edifícios geridos pela GEBALIS embora não coubesse à Junta fazer essa identificação, a

verdade era que não tem havido resposta a esse nível, apenas um caso teve solução o que era demasiado pouco para uma necessidade tão premente. -----

----- Portanto, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que lhe explicasse por que havendo tantas necessidades na sua freguesia e estando elas exemplificadas e priorizadas pela Junta, havendo tantas casas disponíveis qual a razão por que não se fazia esse casamento. -----

----- Outra questão tinha a ver com a zona constituída pelo Largo do Médico e Largo das Peneiras que ia ser demolida com vista à reabilitação daquele local, mas os moradores estavam a viver em condições absolutamente deficitárias porque não podiam investir no melhoramento das suas casas porque sabiam que qualquer dia iriam ser realojados noutra local qualquer, mas também não sabiam quando e essa situação já se arrastava há imenso tempo. -----

----- Por outro lado, demoliram alguns edifícios mas demoliram-nos de forma muito deficitária deixando meias paredes levantadas e meias paredes no chão, propiciando esconderijos, sabendo-se que isso para além de dar um aspecto fantasmagórico proporcionava uma utilização indevida e problemática desses locais. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Senhor Presidente da Câmara trouxera, mais uma vez, uma informação escrita sobre a actividade da Câmara, organizada segundo os objectivos estratégicos em que entendia se deveria basear o desenvolvimento da cidade, referindo alguns, poucos, exemplos de iniciativas no contexto de cada um deles. -----

----- Contudo, sobre a essencial acção de entrosamento e de dinamização daquelas áreas, nem uma palavra. Refira-se ao trabalho de direcção e de coordenação do colectivo da Câmara Municipal, no qual o Sr. Presidente tinha particular responsabilidade. -----

----- E nesse campo, apesar do seu silêncio, certamente muito haveria a dizer. Por exemplo, a nomeação feita pelo Sr. Presidente da Câmara para o preenchimento de dois lugares de vogal do Conselho de Administração da EPUL. Tratava-se, indiscutivelmente, de um assunto importante e por isso mesmo, desde já, o PCP queria ali manifestar a sua total discordância. -----

----- Em primeiro lugar porque entendiam que essas nomeações não eram oportunas. -

----- De facto, numa altura em que decorria um vasto processo de investigação à empresa e em que, simultaneamente, se estava a discutir não só uma eventual nova estrutura estatutária, como a definição de novos parâmetros para a acção futura, não lhes pareciam em nada oportunas as nomeações agora concretizadas. -----

----- E que não se viesse dizer que o foram para resolver problemas de gestão corrente da empresa. O Sr. Presidente da EPUL, em exercício, afirmara e reafirmara publicamente que continuava a reunir todas as condições para o desempenho das suas funções. E mesmo que assim não fosse, em situação de carência de *quorum*, o Concelho Fiscal podia sempre garantir a gestão corrente da empresa. -----

----- Em segundo lugar, porque entendiam que essas nomeações não eram legais. -----

----- É que o Sr. Presidente da Câmara, ao despachar essas nomeações, fizera-o ao abrigo de legislação fora de vigência. Com efeito, não só o actual quadro legislativo,

como também os pareceres das entidades judiciais que tutelavam a matéria eram claros a indicar que era à Câmara, e não ao seu Presidente, que competia a nomeação dos Conselhos de Administração das empresas municipais e que essa competência não era delegável. -----

----- Aliás, permitia-se referir aquilo que lhe parecia ser uma clara contradição: o Sr. Presidente da Câmara entendia que podia nomear os vogais para o Conselho de Administração e fazia-o à luz de uns estatutos que previam a existência de cinco membros. Só que apenas nomeava dois, preenchendo o *quorum* de três previsto na actual legislação. -----

----- Por outro lado, provavelmente no afã de alargar a sua base de apoio, decidiu o Sr. Presidente da Câmara nomear um Deputado Municipal para o exercício do cargo. Também aí o entendimento do PCP era que tal não era possível, já que os dois cargos eram completamente incompatíveis. Mas o futuro o diria. -----

----- De resto, parecia-lhe mesmo existir ali uma pequena maldade, certamente não intencional, mas que o Sr. Deputado Municipal Rosa do Egipto seguramente não merecia. -----

----- Que se supusesse que após as demissões que o Sr. Deputado Municipal se viu obrigado a pedir do Secretariado da Concelhia do seu Partido e da Administração da SRU Oriental, ele visse, como julgavam que iria acontecer, a sua nomeação para a EPUL considerada nula. Não lhes parecia justo! -----

----- Bom, mas os problemas de urbanismo na cidade não se esgotavam na EPUL. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referira, na apresentação da informação escrita, a intensificação das acções de planeamento. Ainda bem, mas deixava algumas questões, não referidas, na esperança que delas pudessem vir a ter, brevemente, alguma informação. Eram elas: -----

----- A reorientação da elaboração do Plano de Urbanização do Vale de Santo António; -----

----- A avaliação do Plano de Urbanização da Zona da Expo 98; -----

----- A avaliação de execução dos Planos de Urbanização dos núcleos históricos; -----

----- A conclusão do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente e do Plano de Urbanização Carnide – Luz; -----

----- A reorientação do Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental, em coordenação com a revisão em curso do PDM. -----

----- E deixava também uma palavra de profunda preocupação face ao descrédito, que julgava ver afectar crescentemente a Câmara Municipal e, em consequência, todo o Poder Local Democrático. -----

----- Eram as conversas de rua; -----

----- Eram as notícias que todos os dias saíam nos jornais;

----- Eram as dívidas a fornecedores, que já levaram, alguns deles, a irem a oficinas municipais buscar peças que não tinham sido pagas; -----

----- Era a carência de material que começava a limitar gravemente a capacidade de trabalho de muitos trabalhadores da Câmara. -----

----- Eram, ainda, os compromissos de apoio financeiro assumidos com instituições de cariz social que deixaram de ser cumpridos, e que punham em risco a vida dessas mesmas instituições, como era o caso da Casa de Abrigo do Beato. -----

----- Portanto, tratava-se de um corrúpio de situações a queurgia pôr cobro, e o caminho só podia ser um! -----

----- Uma nova política de seriedade e transparência, que contando com a efectiva participação das Juntas de Freguesia e dos lisboetas em geral, fosse ao encontro dos seus reais problemas e encetasse a sua necessária e progressiva resolução. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que estava prevista para amanhã, conforme tinha sido anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara, a abertura do Túnel do Marquês, que iria ser aberto, parcialmente, com dois anos, oito meses e quinze dias de atraso relativamente à data que previamente havia sido indicada pela Câmara como sendo a data de abertura, isto é, 10 de Agosto de 2004. ---

----- Uma primeira observação era que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito na Assembleia Municipal que o Túnel não seria aberto parcialmente mas sim quando a obra estivesse totalmente terminada. Pelos vistos, alterara essa sua posição! -----

----- Relativamente a esse atraso, disse que tem sido muito referido pelo Sr. Presidente da Câmara e pela maioria, que ele se devia à providência cautelar interposta pelo cidadão José Sá Fernandes. Essa providência cautelar era responsável por sete meses de paragem, pelo que o Sr. Presidente da Câmara teria que justificar, perante a cidade, um atraso adicional que, neste momento, era já superior a dois anos e sete meses, e a obra não estava concluída. -----

----- Esse atraso tão significativo com que a obra já contava, teria certamente a ver com a forma voluntarista, pouco cuidada e até incompetente como ela foi lançada, com projectos que tiveram que ser profundamente remodelados já depois da obra ser adjudicada, nomeadamente durante o período de suspensão por decisão judicial. Sem qualquer coordenação com o Metro, o que desde início era absolutamente indispensável. -----

----- Sobre essa matéria, disse que tinha duas questões a pôr ao Sr. Presidente da Câmara, e queria tornar claro, perante a Assembleia, que o Sr. Presidente da Câmara tinha uma forma muito peculiar de gerir o seu tempo de intervenção, que era esgotá-lo na sua intervenção inicial para depois se furtar a responder às perguntas e às críticas que eram formuladas pelos Deputados Municipais. Mas esperava que ele, apesar de ter o seu tempo esgotado, não deixasse de responder às questões cruciais que lhe ia colocar, e pedia desde já ao Sr. Presidente em exercício que lhe desse o tempo suficiente para o poder fazer. -----

----- Primeira questão: qual era o serviço da Câmara Municipal responsável pela gestão do Túnel do Marquês? Com quantos trabalhadores, nomeadamente técnicos, contava para essa finalidade? Que acções de formação tiveram e quando se realizaram? -----

----- Segunda questão: existia um manual de segurança? Quem o elaborara, quem o aprovara e em que data? Estaria o Sr. Presidente da Câmara em condições de fornecer uma cópia desse manual às diversas forças políticas representadas na Assembleia? ----

----- Estas, disse, eram as preocupações que colocavam e que tiveram um reforço com a recepção de uma notícia da Agência Lusa, desta tarde, que dizia que a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais defendera que o Túnel do Marquês não devia abrir ao trânsito na quarta-feira, como estava previsto, apontando falhas de segurança e falta de planos de emergência. Nesse documento, que agora foi divulgado publicamente e enviado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a Associação de Bombeiros Profissionais, afirmava dar parecer negativo sobre a segurança, dizendo que não foram cumpridas regras de segurança que consideravam vitais para a abertura de tão importante circuito rodoviário. Referia coisas extremamente graves e apontava várias questões. -----

----- Por outro lado, a notícia também dava conta que o Sr. Vereador responsável pelo Pelouro chamara a atenção que essa associação era uma associação sócio-profissional e que o seu parecer não era vinculativo. Mas a opinião do BE era muito clara: sobre questões de segurança a Câmara teria que dar explicações cabais, não se podia refugiar em que já esgotara o seu tempo de intervenção neste ponto, não se podia refugiar em que o parecer da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais não era vinculativo, teria que esclarecer os lisboetas sob se, de facto, essas questões eram pertinentes ou se não o eram. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Rodrigues (PEV)**, no uso da palavra, disse que, durante o período a que se referia a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, ocorreram situações que lhes suscitaram algumas dúvidas e em relação às quais gostariam de ser esclarecidos. -----

----- Por exemplo, na página 15 referia-se uma calendarização de acções no âmbito da Agenda XXI Local e desejavam saber que acções estavam calendarizadas com a participação de cidadãos, associações locais de ambiente e outras representativas da sociedade. Estava a ser desenvolvida a criação de algum grupo coordenador da Agenda XXI Local que incluía entidades exteriores à Câmara? Estava-se a pensar criar um fórum participativo no âmbito da Agenda XXI Local, finalmente? -----

----- Relativamente ao capítulo das Sociedades de Reabilitação Urbana, disse que eram referidos diversos projectos mas nenhum relativo à Associação Protectora dos Animais e à reabilitação do edifício onde ela se encontrava sediada, que estava em constante degradação, pondo em risco não só as pessoas que lá trabalhavam mas também as que iam em busca de alguma informação. -----

----- Chamou depois a atenção do Executivo para o mau estado de conservação de vários espaços verdes da cidade, designadamente das recém inauguradas quintas das Conchas e dos Lilases, onde era incompreensível que as instalações sanitárias continuassem encerradas, que o sistema de drenagem permanecesse entupido, as águas estagnadas e os lagos repletos de mosquitos. -----

----- Outra não menos grave situação tinha a ver com o abate indiscriminado de árvores no Jardim Marquês de Marialva, mais conhecido por Campo Pequeno, apesar das garantias dadas desde o início da obra de que todo o coberto vegetal seria assegurado e protegido. -----

----- Por outro lado, também não viam qualquer referência ao protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação Lisboa Verde, que foi aprovado em reunião de Câmara, por unanimidade, no dia 30 de Janeiro de 2004 mas que continuava por assinar. -----

----- Terminou referindo o facto da informação escrita ainda não ser impressa em papel reciclado, originando, assim, um excessivo gasto de papel. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, começou por dizer que, mau grado algumas questões que se foram levantando nos últimos tempos, o Sr. Presidente da Câmara ao vir à Assembleia apresentar a sua informação escrita, foi bem claro que o Executivo estava fazendo coisas importantes na cidade. E seria também importante que fossem capazes de reconhecer aquilo que de bom se fazia, porque, naturalmente, haveria falhas aqui e além, mas havia muitas coisas boas que tinham sido efectuadas pelo Executivo. -----

----- Disse que o Sr. Presidente da Câmara falara ali na acção social, e efectivamente foi bem evidente aquilo que se fizera no âmbito da acção social, da cultura, do desporto, da educação, da habitação, da requalificação urbana, da segurança e da saúde. Aliás, quem estivera atento percebera perfeitamente aquilo que de importante se tinha feito na cidade. -----

----- Mas havia algumas coisas que se passavam aqui e acolá que, como Presidente da Junta do Lumiar e também atento ao que se passava na Cidade de Lisboa noutra âmbito, vinha lembrar. Por exemplo, relativamente às quintas das Conchas e dos Lilases o Sr. Presidente da Câmara foi um dos principais obreiros do projecto, projecto esse que tinha algo de extraordinariamente importante que era conseguir condimentar, em termos de recursos ambientais, os recursos hídricos e a gestão da água, questões que nunca tinham sido postas em prática na cidade. Mas o que se verificava no momento presente era que, tal como já li foi referido, os circuitos da água estavam parados, que a água estava imprópria, que havia crianças a brincar num parque infantil que estava junto do circuito da água e que a curto prazo ficariam sujeitas às picadelas dos mosquitos. -----

----- Portanto, tinham que ter isso em atenção, a Direcção Municipal responsável por essa área teria que ser capaz de alterar essa situação. O Sr. Presidente da Câmara, que foi um dos principais obreiros da requalificação das quintas, não podia com certeza estar a ser responsabilizado por questões que teriam que ser os serviços a pôr em prática. É que não funcionando os serviços correctamente depois aconteciam estas situações, como também com a questão da limpeza dos lagos. -----

----- Por outro lado, havia uma casa que banho que foi construída no âmbito do projecto, que nunca foi aberta e era preciso que se pusesse lá alguém para a pôr em funcionamento, pois o arquitecto que elaborara o projecto das quintas pusera tudo o que era necessário para o local. -----

----- Rematou esta questão dizendo que estava certo que a Câmara saberia alterar esta situação, e que aquele espaço magnífico da Cidade de Lisboa seria posto, com todas as condições, ao serviço da população. -----

----- Passando à reabilitação urbana, disse que foi ali referida uma questão importante relativamente ao Alto do Lumiar, que foi a construção do centro social da Musgueira Norte. Esse centro social, que foi algo de extraordinária importância porque representava muito interesse para as populações locais quando viviam em barracas, foi dirigido por um Sr. Padre, de nome Melo, a quem a Junta pretendia distinguir propondo que fosse dado o seu nome à escola n.º 34, no Alto do Lumiar, porque foi um padre jesuíta que desenvolvera naquele local um trabalho muito importante. Mas ao iniciar-se a construção do centro social, junto à Rua Pedro Queiroz Pereira, sem explicar à população e às forças políticas no local, originara, por exemplo, que na última Assembleia de Freguesia todas as forças políticas se opusessem a que a construção continuasse sem que se visse no local se tudo estava nas devidas condições para poder funcionar em benefício da população. -----

----- Referiu que ele próprio esteve no local, com a UPAL, tentando explicar como era que as coisas iam desenvolver-se, mas, efectivamente, também aí era preciso chamar a atenção que as Juntas de Freguesia não eram bombeiros para aparecerem em determinada altura a tentar evitar que os problemas se desenvolvessem. -----

----- Neste caso, tal como no da Quinta das Conchas, a Assembleia de Freguesia do Lumiar, por unanimidade, decidira chamara a atenção para os problemas que num e noutro existiam. Que não se viesse ali dizer que um lago estar sujo era uma questão do PS, porque ele também era do PSD, também era do PCP, também era do PEV, enfim, era uma questão de todos. Portanto, teriam que ser capazes de ultrapassar essas situações. -----

----- Aludindo a questões de segurança, disse que a Divisão da PSP no Alto do Lumiar era também algo de extraordinária importância que tinha origem no Sr. Presidente da Câmara. E dizia isto não apenas por dizer, mas porque estava com ele quando, juntamente com a SGAL, foi acordado que a Divisão da PSP do Alto do Lumiar iria ter início. Felizmente a Divisão estava concluída, competia agora ao Governo preenchê-la com efectivos para contribuir para o policiamento de proximidade naquela área. -----

----- Ainda sobre segurança, disse que um elemento da Associação de Residentes de Telheiras, que estava sempre preocupado com a questão da segurança na zona de Telheiras, veio à última reunião da Assembleia Municipal intervir no período destinado à intervenção do público, dizendo que era preciso pugnar por mais segurança e também que a 19ª Esquadra da PSP, situada em Telheiras, não saísse do local, com o argumento de que havia boatos que ela iria sair dali. Essa, porém, não era a informação que tinham na Junta de Freguesia, a informação que tinham era que a Divisão seria implementada, as esquadradas que estavam continuariam e haveria maior policiamento de proximidade. A cidade podia regozijar-se de ter, neste momento, naquela parte da zona norte um equipamento de segurança que era extraordinária importância, e era bom referir que o Sr. Presidente da Câmara tivera larga influência para que esse equipamento viesse a ser construído. -----

----- Disse que o eixo Norte-Sul determinara a saída provisória do mercado do Lumiar do local onde se encontrava, e a Câmara, através do Sr. Vereador Paulo Moreira,

desempenhara um papel importantíssimo no esclarecimento à população. De facto, o Sr. Vereador e os serviços dele dependentes estiveram no local informando a população do que se ia passar, e posteriormente estiveram lá para ver como a população e os comerciantes estavam a encarar o local provisório. Esse, quanto a si, era um bom exemplo sobre como se deve trabalhar no esclarecimento da população para benefício da cidade. -----

----- Ainda acerca o mercado, disse que agora que o mercado foi desviado para as instalações provisórias, seria bom que fosse apreciado e analisado se ele deveria voltar ao local primitivo, ou se se deveria pugnar por construir no local onde se encontrava no momento presente novas instalações que fossem mais adequadas ao seu funcionamento e também aos interesses da população, retirando-o da posição em que se encontrava anteriormente, debaixo do viaduto. -----

----- No tocante às acessibilidades, disse que o Sr. Presidente da Câmara falara ali no eixo Norte-Sul, na Av. Santos e Castro e no Túnel do Marquês, e não queria deixar de realçar que no tocante ao eixo Norte-Sul muito a Câmara teve que trabalhar para desalojar populações que estavam instaladas no local. Essa obra, que era de interesse nacional e local, neste momento estava em fase de conclusão e o viaduto sobre a Av. Padre Cruz finalmente estaria concluído lá para Outubro/Novembro. -----

----- Também a Av. Santos e Castro, que com o seu trajecto ao longo do aeroporto servia para o escoamento do tráfego que vinha do lado de Loures e das freguesias da Charneca e do Lumiar, era muito importante a sua conclusão definitiva. -----

----- Sobre a rede do Metro, que estava a ser prolongada do Parque das Nações para o aeroporto, disse que deveria ser objectivo de todos pugnar para que ela continuasse até ao Lumiar, e mesmo até à zona da Pontinha ou do Colégio Militar para que fizesse a cintura da cidade. -----

----- Acerca do Túnel do Marquês, disse que tinham que se congratular por essa obra estar em vias de conclusão e parte dela ir, finalmente, ser inaugurada amanhã. Todos sabiam os problemas que a obra levantara ao longo do anterior mandato e no início deste bem como as questões que ali foram apresentadas. Muitas vezes assistira ali a debates sobre a matéria, e também, por curiosidade, leu umas actas para ver como se passara com o Túnel da Av. João XXI e agora, aos principais críticos do Túnel do Marquês, sugeria-lhes que fossem ler as actas da Assembleia Municipal para verem o que se passara com o Túnel da Av. João XXI assim como o que se passara com o Túnel do Marquês, porque, no cômputo geral, se calhar a obra do Túnel do Marquês teve maior cuidado na forma como foi adjudicada e na forma como foi sendo construída. -----

----- Efectivamente, sabiam que houve uma providência cautelar que originara um atraso na sua construção, era um direito que as pessoas tinham, mas, se calhar, se não tivesse havido essa providência cautelar teriam gasto menos dinheiro. Mas, apesar disso, o Túnel ia chegar ao seu termo, foi uma obra que foi sujeita a eleições e finalmente estava a ser concluída. Portanto, apresentava os seus parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, acrescentando que estava convencido que aquelas obras que, em Lisboa, tinham dado alguma polémica como foi o caso desta, mais tarde seriam

reconhecidas como obras importantes. Não podiam esquecer o que se passara com o Centro Cultural de Belém. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Medeiros (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa, disse que a sua freguesia é uma pequena freguesia do centro de Lisboa, que abrange algumas das principais praças da cidade, designadamente o Rossio, os Restauradores, a Praça da Figueira, o Martim Moniz e a Rua das Portas de Santo Antão, entre outras. E, tal como outras freguesias dessa zona da cidade, Santa Justa era habitada por uma população maioritariamente idosa, com dificuldades de diversa ordem, nomeadamente financeira e de locomoção. -----

----- Disse que, como outras freguesias da cidade, Santa Justa debatia-se com problemas financeiros resultantes dos cortes orçamentais efectuados pelo actual Executivo, bem como o atraso sistemático nas transferências de verbas da Câmara para as Juntas de Freguesia, nomeadamente na acção Praia-Campo e outras. -----

----- No que dizia respeito às zonas pedonais da freguesia, disse que a Rua dos Condes, e em particular a Rua João das Regras, aguardavam uma intervenção de pedonalização, esta última há mais de cinco anos, e outras artérias da freguesia, tais como a Rua da Palma e o Poço do Borratém, também aguardavam obras de requalificação há alguns anos. -----

----- Referiu que o parque habitacional da freguesia, como era do conhecimento dos Srs. Vereadores e Deputados Municipais, encontrava-se em estado caótico, o que queria dizer que a tão anunciada reabilitação urbana não tinha qualquer expressão na freguesia, onde, aliás, até o edifício da Junta se encontrava em estado de degradação. --

----- Disse, ainda, que o estado da limpeza na freguesia, nomeadamente no Largo do Martim Moniz e zona envolvente, carecia de fiscalização. Não estava em causa o empenho dos trabalhadores da Câmara, mas a falta de interesse e fiscalização por parte do Executivo municipal. -----

----- Mas realçava também o estado de abandono em que se encontravam as ruas da freguesia, no que dizia respeito à proliferação dos buracos e à sua deficiente iluminação. -----

----- A terminar, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores que, apesar dos constrangimentos orçamentais, tivessem em atenção aquela zona da cidade e a dignificassem. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que a saga do Túnel do Marquês tem sido seguida pela Assembleia Municipal e sentida por todos, desde o cartaz que, há anos, a anunciava. Ali foram discutidos os parcos elementos de projecto que lhes foram presentes, o impacte ambiental que induziria para o local e a cidade, a sua utilidade, os efeitos perversos que faria surgir. -----

----- Visitara a obra, há alguns meses, integrado na Comissão Permanente de Urbanismo e Circulação, dispersaram-se algumas dúvidas face às soluções, mas avolumaram-se receios quanto às questões de segurança. -----

----- O Túnel ia ser inaugurado amanhã, embora truncado, e o PCP gostava que fossem expressas as garantias de segurança que iriam acompanhar o seu funcionamento: sobre a constituição do piso, face à inclinação, e alguns dos raios de

concordância praticados; sobre a monitorização de factores de risco, quais os parâmetros e níveis que poderiam conduzir ao encerramento temporário do túnel; quais os dispositivos de segurança, ao nível de construção, que pudessem contribuir para minimizar a sinistralidade resultante de choque, especialmente quando, por exemplo, a saída para a Praça do Marquês de Pombal apresentava uma inserção sem faixas de desaceleração e potencialmente perigosa. -----

----- Os caminhos de fuga para peões e os percursos de socorro eram claros, experimentados e eficazes? Estavam garantidas as situações de emergência para evacuação de água? Estava garantido o permanente abastecimento de energia eléctrica? Esperavam que o Sr. Presidente da Câmara garantisse que sim! -----

----- Por fim, assinalou uma *gaff* que disse esperar que fosse meramente de carácter protocolar: é que a inauguração do túnel coincidia com o início do desfile comemorativo do 25 de Abril, pelo que, obviamente, não poderiam aceitar o convite para a inauguração. -----

----- **A Deputada Municipal Lídia Fernandes (BE)**, no uso da palavra, disse que desejava obter alguns esclarecimentos relativamente a uma questão ausente na informação escrita e que tinha grande relevância e urgência, concretamente a situação do Bairro dos Lóios, na Freguesia de Marvila, que foi notícia, na semana passada, pelas piores razões, um trágico acidente ocorrido num dos lotes que levava à hospitalização de um morador, em estado grave. -----

----- Era notória a grande degradação em que estava o bairro, não só quanto ao conjunto do edificado como também quanto ao espaço público envolvente. E, a agravar a situação dos moradores, o aumento das rendas atingira os 3.000%. -----

----- Tendo em conta a notória atitude de desresponsabilização generalizada em relação a esse bairro, primeiro demonstrada pelo anterior Governo ao proceder à cedência da gestão do bairro sem salvaguardar a protecção dos direitos dos moradores, e depois pela Fundação D. Pedro IV, gostariam de saber se a Câmara pretendia tomar alguma medida no sentido de procurar soluções para esse bairro. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, disse que depois de ouvir a reflexão do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa, pretendia referir que, às vezes, tinham que ter em conta que na gestão da cidade – e desse ponto de vista o PSD tem sido claro – não existisse só a Câmara Municipal de Lisboa, porque, de facto, existiam também as Juntas de Freguesia que, mais do que vir à Assembleia Municipal reclamar junto do Sr. Presidente da Câmara aquilo que a Câmara tinha que fazer, teriam que ter iniciativa própria. -----

----- Por exemplo, em matéria de requalificação urbana, que seguissem o exemplo da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, que conseguira 33% de requalificação urbana na sua freguesia, num projecto de iniciativa própria! -----

----- Em relação à Rua dos Condes, que foi uma das preocupações apontadas pelo Presidente da Junta de Santa Justa, disse que estavam a procurar parcerias privadas que permitissem requalificar essa artéria. Portanto, o que pretendia dizer era que eles próprios, Presidentes de Junta, podiam ter também capacidade para ajudar a gerir a cidade. Aliás, os Presidentes de Junta que pertenciam ao PCP e ao PS, que foram os

governos anteriores da cidade e que foram os grandes responsáveis pela situação financeira da Câmara Municipal de Lisboa, o que tinham era que se empenhar para ajudar o actual Executivo municipal a resolver os grandes problemas da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que não era para intervir neste ponto, mas o facto do Sr. Presidente da Câmara ter abordado o Túnel do Marquês na informação escrita, leva-o a recordar-lhe uma coisa: é que estava a fazer agora aquilo que o PS lhe recomendara, através de uma Moção, no dia 25 de Setembro do ano passado, que foi que colocasse à disposição do povo de Lisboa a parte que já estava feita. E isso era o que agora ia fazer! Fizera os acabamentos, muito naturalmente foi o que fez. -----

----- Só não estava a seguir a Moção na totalidade, já que lhe recomendaram para abrir no sentido ascendente, era um disparate aquilo que ia fazer, mas isso era lá com ele. --

----- No entanto, queria dar-lhe conhecimento de um requerimento que agora mesmo ia entregar na Mesa, e que dizia o seguinte: -----

----- REQUERIMENTO -----

----- “Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa -----

----- Através da comunicação social, a cidade e o País foram hoje confrontados com as declarações do Presidente da Associação Nacional de Bombeiros Portugueses (ANBP) de que com base numa análise sumária efectuada pelo Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa se concluiu que o Túnel do Marquês não deve abrir amanhã, dia 25 de Abril, ao trânsito, uma vez que se verificaram falhas na segurança e falta de Planos de Emergência. -----

----- Segundo a ANBP não foram cumpridas regras de segurança vitais para a abertura do Túnel, assim como outras lacunas que poderão colocar em causa a segurança contra o risco de incêndio, viaturas ou outras. -----

----- Perante estas afirmações provenientes de uma entidade competente para as poder produzir venho, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, requerer através de V. Exa., se solicite com urgência ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa as seguintes informações: -----

----- 1. Se foram cumpridas todas as recomendações impostas pela Declaração de Impacto Ambiental; -----

----- 2. Que entidade inspeccionou a implementação das regras de segurança; -----

----- 3. Que informações pode prestar no sentido de contrariar o parecer emitido pela ANBP.” -----

----- Finda a leitura do requerimento, o Deputado Municipal Miguel Coelho disse, ainda, que o PCP, na sua intervenção sobre a informação escrita do Presidente da Câmara, teve a deselegância de se referir ao Deputado Municipal Rosa do Egipto e desejava dizer ao PCP que o PS tinha exactamente a mesma à-vontade política que o PCP teve durante dois anos e meio quando, com o Dr. Santana Lopes, a Sra. Vereadora Alexandra Gonçalves era também administradora de uma empresa municipal e ninguém questionara a independência política do PCP para poder votar e decidir. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, após a recepção do requerimento, disse que ele seria depois enviado ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE também entregara na mesa um requerimento, com carácter de urgência, – e apenas falava dele porque o Sr. Presidente da Câmara encerrara a sua intervenção referindo essa matéria – para que tivessem conhecimento do relatório da Associação Nacional dos Bombeiros Portugueses, porque bastaria um simples telefonema para a Câmara a pedi-lo para ele chegar à Assembleia por fax, e também a análise do Regimento dos Sapadores Bombeiros de Lisboa. -----

----- Isto porque entendiam que a Assembleia Municipal, se não queria fugir das suas responsabilidades, deveria conhecer esses documentos. Não pretendia fazer mais comentários, porque já chegavam! -----

----- E sobre as providências cautelares e os custos, questões ali referidas por alguns Deputados Municipais, disse que também não valia a pena falar porque eram todos inteligentes, todos tinham a quarta classe consequentemente todos sabiam que seis meses era diferente de dois anos, oito meses e quinze dias. Quem não sabia isso lamentava que nem sequer a quarta classe tivesse, mas, enfim, era o País que herdaram fazia amanhã 33 anos. -----

----- Disse, depois, que recebera hoje um fax da Presidência da Câmara convidando-o para amanhã estar na Praça Marquês de Pombal às 14:45 horas para a inauguração do Túnel do Marquês, e lamentava que fosse no mesmo local onde há mais de 30 anos, exactamente a essa hora, sempre estiveram e estariam amanhã milhares de portugueses, de vários concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, a festejar o 25 de Abril. Pessoalmente iria festejar o 25 de Abril e não iria inaugurar nenhum túnel que a Câmara tivesse feito. -----

----- **O Deputado Municipal Rogério Santos (PS)**, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara, na sua informação escrita, elegera como uma das obras principais o início da escola integrada da Quinta das Conchas, escola que, de facto, não sabia onde estava nem quando foi iniciada, pelo que, se calhar, havia aí uma falha dos serviços. -----

----- Em relação ao centro social da Musgueira Norte, disse que tinha que haver um melhor estudo porque a população estava contra essa construção. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, começou por dizer, dirigindo-se ao Deputado Municipal Miguel Coelho, que não houve de forma alguma indelicadeza, bem pelo contrário, e repetia até as palavras do seu camarada quando referiu “o Sr. Deputado não merecia esta situação”. O que o PCP referiu, e não se podia comparar, tinha a ver com o que era a antiga legislação e o que é a actual, ou seja, o que colocavam em causa era uma questão de legitimidade, à luz da nova lei, de um Deputado Municipal assumir funções numa empresa municipal. -----

----- Numa segunda nota prévia, dirigindo-se agora ao Deputado Municipal João Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia de São José, disse que já era hábito que sempre que um Presidente de Junta ali intervinha, legitimamente no exercício das suas

funções para chamar a atenção para problemas da sua freguesia, logo aparecer o aludido Deputado Municipal como defensor acérrimo da Câmara Municipal de Lisboa contra as Juntas de Freguesia, indo à tribuna para “deitar abaixo” os Presidentes de Junta. Não era a primeira vez que isso acontecia, mas era um facto que os Presidentes de Junta tinham a mesma legitimidade que qualquer Deputado Municipal, até mais, para ali chamar a atenção da Câmara. Mas era um facto que o referido Deputado Municipal vinha sempre dizer que não tinham razão. Enfim, parecia que estava tudo bem, que não havia atrasos nas transferências de verbas, que estava tudo muito correcto. Se calhar para ele estava, mas para os demais Presidentes de Junta não e tinham a mesma legitimidade que ele tinha para ali levantar as questões, e que não pensasse que alguma vez cortaria a voz aos Presidentes de Junta. -----

----- Continuando, disse que, infelizmente, na intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobre a intervenção escrita, ouvira muito pouco falar da questão da educação, e ainda ontem tiveram uma reunião com a Sra. Ministra da Educação, com a presença do Sr. Vereador que o confirmara, – e que não lhe viessem outra vez com a questão da pesada herança porque já estavam na Câmara há seis anos – que a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Educação assumiram que o pior parque escolar do País era o parque escolar da Cidade de Lisboa, o que era uma vergonha para a cidade. Em seis anos muita coisa podia ter sido feita. Todos sabiam que mesmo num prédio de oito em oito anos era preciso fazer alguma coisa, mas esta maioria já estava há seis com a área da educação e nada foi feito apesar das promessas. -----

----- Lembrou que o Sr. Vereador responsável esteve na Comissão de Educação e disse que até ao final do ano apresentaria um plano de recuperação com uma parceria público/privada. Então questionaram qual ano e o Sr. Vereador respondeu “final do ano de 2006”. Mas já estavam no final de Abril de 2007 e, mais uma vez, não tinham um plano para recuperar as escolas e assim elas se iam degradando. -----

----- Por outro lado, nada foi feito e nada era dito em relação à resposta social, e também a Sra. Ministra falou, e o Sr. Vereador reconheceu isso, que Lisboa era o concelho dos 308 do País que tinha a mais baixa taxa de cobertura da rede pública. Isto, disse, não eram palavras suas mas do Sr. Vereador e da Sra. Ministra da Educação. Era uma vergonha para a cidade que apenas 16% das crianças tivessem cobertura de jardins-de-infância da rede pública. -----

----- Mais ainda, era o próprio Ministério que dizia estar preocupado com as actividades de enriquecimento curricular. Por duas vezes, a Sra. Ministra da Educação disse, em público, que onde estavam a correr pior as actividades de enriquecimento curricular no País, era na Cidade de Lisboa, com atraso nos pagamentos por parte da Câmara. A Câmara já recebera o dinheiro só que depois atrasava-se na transferência, e que não lhe viessem dizer os Deputados Municipais do PSD que eram Presidentes de Junta que não tinham situações dessas nas suas escolas, porque com certeza tinham também as actividades de enriquecimento curricular suspensas por falta de pagamento da Câmara Municipal de Lisboa. Que não lhe viessem disser também que não tinham atrasos no pagamento do complemento de apoio à família, porque também tinham e

eram as Juntas que, desde Setembro, andavam a financiar as actividades da Câmara a nível do complemento de apoio à família. -----

----- Portanto, gostaria de ter escutado ali algo sobre a questão da educação. É que iam de mal a pior e não podiam aceitar que se argumentasse que a herança era pesada, porque a culpa era de quem há seis anos geria os destinos da educação. É que não tinham um Vereador da Educação, mas sim um Vereador responsável pelo Pelouro da Educação. -----

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)**, no uso da palavra, disse que no período a que dizia respeito a informação escrita fizeram ali algumas intervenções no sentido de defender o planeamento e a revisão do PDM de acordo com os princípios do planeamento, e agora o Sr. Presidente da Câmara tinha na sua informação escrita nada mais nada menos que dezoito loteamentos de iniciativa municipal, quatro acompanhamentos de loteamentos e a preparação de outros dezoito loteamentos para serem efectuados, o que dava o total de quarenta loteamentos na cidade. Lisboa era a capital do País e também dos loteamentos, uma cidade que fazia o seu planeamento em função dos loteamentos! -----

----- Era preciso lembrar que os loteamentos nasceram como uma forma de a administração não poder responder à necessidade de poder produzir habitação e, portanto, os privados serem enquadrados no sistema e fazerem eles cidade a um ritmo que a administração não conseguia fazer, e, neste caso, sendo de iniciativa municipal era a subversão da própria lei. Isso não fazia sentido, a Câmara Municipal fazia planos de pormenor e planos de urbanização, não fazia loteamentos. -----

----- Por outro lado, viam também que a informação escrita não tinha a relação dos licenciamentos urbanísticos para o Parque Periférico, não falava sobre isso apesar de ser uma informação escrita bastante detalhada. Nela viam que, por exemplo, se monitorizaram 286 ninhos artificiais dos quais estavam ocupados 56. Viam por aqui que Lisboa não era uma cidade apenas de casas devolutas, também era uma cidade de ninhos devolutos. Por ela ficavam também a saber que na EXPO se comprava um espelho partido na Girafa, ou que foi efectuada a substituição da bandeira de Portugal na Torre Vasco da Gama e que foi colocada uma bandeira nova. -----

----- Ficavam ainda a saber que foram 51 gatos e 130 cães eutanasiados, que foram recolhidos 78 gatos e 119 cães vivos. Viam tudo isso, era verdade, mas não viam a relação dos licenciamentos urbanísticos do Parque Periférico; não viam os pareceres técnicos para o *Campus* de Campolide; não viam todas essas informações que lhes pareciam de facto mais relevantes. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, novamente no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Paulo Quaresma, seu colega Presidente de Junta, nunca o ouviu ali, nem ouviria, atacar qualquer Presidente de Junta. O que defendia ali era aquilo que defendia lá fora relativamente às Juntas de Freguesia, a defesa da autonomia das mesmas. E quanto tinha a maioria dos Presidentes de Junta consigo dizendo “vamos defender a autonomia das Juntas de Freguesia relativamente à Câmara Municipal de Lisboa” fazia-o também ali. -----

----- Portanto, estaria sempre descontente, entre aspas, com as Juntas de Freguesia que ali iam choramingar, quando não faziam por si próprias aquilo que podiam fazer, que era serem autónomas. E como preservavam a autonomia das Juntas de Freguesia para mais tarde terem legitimidade para confrontar a Câmara quando tal fosse necessário, não o faziam agora por tudo e por nada. -----

----- Por isso, disse a terminar, estaria sempre do lado dos Presidentes das Juntas de Freguesia, mas sempre em defesa da sua autonomia, porque a tinham e era isso que era importante defender ali. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra, dirigindo-se directamente ao Presidente da Junta de Freguesia de São José, disse que havia uma linguagem que não era aceitável em nenhum autarca, porque todo o autarca tinha que defender as suas populações e não se podia vir ali atacar Presidentes de Junta dizendo que vinham choramingar, quando, efectivamente, eles vinham fazer aquilo que era da sua obrigação e competência, que era salvaguardar o interesse das suas populações exigindo da Câmara aquilo que era da sua obrigação para com as populações locais e os Presidentes de Junta. -----

----- Disse que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São José foi eleito para defender os interesses da população, e quando ali os defendia não estava a choramingar. Era assim que o entendia e que todos os Presidentes de Junta sempre entenderam também. -----

----- Referiu que, há pouco, esteve para pedir a defesa da honra enquanto ex-Presidente de Junta, porque os Presidentes de Junta eleitos no mandato anterior não deixaram nenhuma herança má, não deixaram dívidas. Deixaram trabalho, deixaram organização para que os eleitos no mandato seguinte pudessem dar continuidade ao trabalho desenvolvido. -----

----- Pela sua parte não deixara dívidas, deixara capacidade de trabalho e de organização, e verbas para poderem pagar os ordenados dos funcionários da Junta. Sempre ali defendera a população do Bairro Alto, quer no tempo da maioria de esquerda, quer no tempo do PSD no poder e tinha a certeza que todos os seus colegas do CDS-PP, do PSD, do PCP, do BE e do PS defenderam sempre também os interesses da população. Mas aparecia agora o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São José a dizer que vinham para ali choramingar. -----

----- Que reflectisse bem para o que foi eleito, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves da Silva (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, no uso da palavra, disse que ouviu alguns Presidentes de Junta esgrimirem ali argumentos, o que o deixava satisfeito porque significava que todos estavam de acordo que a informação escrita apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara era positiva e pouco tinha para discutir a nível da oposição, que, por isso mesmo, tinha que fugir para outros assuntos. Percebia isso, era normal, e também custava à oposição que assim acontecesse. -----

----- Agora, a si custava-lhe sempre ver um colega de partido ser atacado, sobretudo quando achava que ele, em parte, tinha razão. Percebia também a oradora anterior, porque com toda a certeza os Presidentes de Junta defendiam, acima de tudo, as

populações. Mas pedia que não confundissem o papel de Presidentes de Junta com o de oposição ao Executivo municipal, e que não quisessem que fossem os Presidentes de Junta da maioria a fazer ali o papel que aos da oposição competia. Os Presidentes de Junta do PSD defendiam o Executivo municipal, poderiam ou não concordar com algumas coisas, mas garantia que 99% delas estavam a ser bem feitas, e daí a oposição tentar fugir com o debate para uma questão que, na sua opinião, era trivial e não merecia o mínimo comentário. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Paulo Quaresma, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, pôs em causa a legitimidade do Presidente da Junta de Freguesia de São José, quando era um facto que ele não tinha mais nem menos, mas sim exactamente a mesma para dizer aquilo que quisesse e não aquilo que o Deputado Municipal Paulo Quaresma queria que ele dissesse, porque ele falava por ele e era ele que sabia como devia representar a população da sua freguesia. -----

----- Aliás, o Deputado Municipal Paulo Quaresma referira que a actual maioria estava na Câmara há seis anos mas que há oito não se fazia nada, pelo menos dois anos eram da responsabilidade da maioria de esquerda. E que não se esquecesse também que em seis anos nenhum parque escolar se degradava como se degradara o parque escolar da Cidade de Lisboa, que não tentassem sacudir a água do capote porque o Executivo PS/PCP tinha responsabilidades nessa matéria porque esteve doze anos à frente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Quereriam agora dizer que tudo o que acontecera de mal foi da responsabilidade do Dr. Santana Lopes e do Prof. Carmona Rodrigues? É que estava permanentemente com esse discurso! -----

----- Respondendo a vários apartes, disse: “eu sei que vos faz confusão que nós consigamos trabalhar, aliás está aqui o exemplo, agora que estamos próximos de abrir o Túnel do Marquês mais um incidente para que ele não se abra. Cada vez que há um problema resolvido vocês criam mais um incidente. Nós vamos continuar, contra tudo e contra todos, a resolver os problemas da Cidade de Lisboa com o nosso programa. Quem ganhou foi o PSD, foi este Executivo, é este o programa que vai para a frente.”

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, novamente no uso da palavra, disse que também era autarca há seis anos e nunca o Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica o ouvira ali dizer que não deixava ninguém falar. Aliás, era o PSD que, às vezes, tentava condicionar-lhes a forma de falar. -----

----- Disse que autonomia era a legitimidade que todos tinham para ajudar a resolver problemas concretos quando era preciso colaborar. Aliás, estava presente o Sr. Presidente da Câmara que se quisesse podia confirmar porque sabia que podia contar com a colaboração das Juntas de Freguesia e dos Presidentes de Junta, ainda esteve com ele há pouco tempo. Mas também tinha autonomia para criticar sempre que achasse que era preciso criticar. -----

----- Terminou dizendo que a sua autonomia é que era apenas Presidente de Junta em exclusividade, “porventura a lei tem que mudar porque se calhar o senhor não tem autonomia porque se calhar também exerce outras funções”. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, findas as intervenções, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que constataria, mais uma vez, que a apreciação da sua informação escrita, relativa a um período temporal de dois meses, coincidiria pouco com a análise do documento e com a análise do que foi ou não foi feito nesse período. Havia sempre uma tentação, não sabia se era por haver muito ou haver pouco a dizer, para resvalar para outros assuntos. -----

----- Sobre algumas questões que ali foram suscitadas, disse que parte delas já foram respondidas por Deputados Municipais ou por Presidentes de Junta, e sem pretender entrar em polémicas sobre qual foi ou não foi a herança, até porque sobre heranças podiam falar de muita coisa e focalizar neste ou naquele aspecto, mas não gostava nunca de encontrar desculpas para aquilo que era ou não era feito. -----

----- Obviamente que a questão do parque escolar não deixava de preocupar a Câmara, e era por isso que estavam empenhados em dar um salto qualitativo substancial, neste mandato, em relação à qualidade do parque escolar da cidade. Disseram isso e iam cumpri-lo, tal como fizeram no passado em relação a outras matérias. Faziam aquilo a que se comprometeram e se co-responsabilizaram com o eleitorado de Lisboa. -----

----- Disse que porventura não teria tempo de responder a todas as questões, como a da EPUL e outras que foram postas, mas porque foi ali levantada a questão do Túnel do Marquês pretendia referir que o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, passasse a imodéstia porque não era seu nem de ninguém mas sim da Cidade de Lisboa, era a melhor unidade de bombeiros que havia no País, era a mais qualificada, era a que dava exemplos, era a que dava cursos de formação, era a que estava na ponta da tecnologia e do conhecimento do que era da actividade do bombeiro, e isso era reconhecido por todo o País. E era esse Regimento de Sapadores Bombeiros, que tinha mais de 800 efectivos, que acompanhara a obra do Túnel do Marquês como nunca foi feito no passado em relação a outras obras, que estava em condições de dizer, esta tarde, que o Túnel do Marquês, obviamente, estava em condições de segurança. -----

----- Mas esperavam e sabiam que até à abertura do Túnel ia haver notícias a dizer isto, aquilo e aqueloutro. Tudo isso era de esperar mas estavam preparados para essas preocupações, legítimas, de última hora. -----

----- Referiu que o Túnel não abrira antes, não foi por uma paragem como ali foi dito de seis meses, porque na realidade não foi de seis meses mas praticamente de um ano, já que não era só o período determinado pelo tribunal que foi cerca de sete meses, mas era também o período de desmobilização e mobilização de equipamento e material que, obviamente, se repercutira em cerca de um ano. Isso era factual, e o Tribunal Arbitral estava a tomar devida conta dos custos directos que isso significava nos cofres da Câmara. -----

----- Sobre a referência que era uma obra que estava muito atrasada, disse que era uma obra que, tinha a certeza, muitas pessoas nunca acreditaram que fosse feita, era uma obra democrática porque foi levada ao eleitorado, foi sufragada e foi também com base nisso que se ganharam as eleições em 2001, e ela estava concretizada. Mas

houve pessoas que nunca aceitaram essa obra até à última hora, e mesmo depois dela abrir haveria ainda pessoas a tentar desacreditá-la. -----

----- Recordou que ele próprio esteve ali, há quatro anos, numa sessão especial da Assembleia, a dissertar só sobre o Túnel, portanto a obra foi ali detalhadamente analisada. Pela primeira vez na Câmara, para quem não sabia ou não se lembrava, aplicaram uma lei que estava em vigor desde 1999, era a Lei da Participação Procedimental, que obrigava a que obras públicas ou privadas de valor superior a um milhão de contos tivessem que ter discussão pública. Fizeram isso pela primeira vez, nunca antes ninguém tinha feito isso na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Enfim, fizeram tudo o que era exigível do ponto de vista regulamentar, e até mais como se viera a provar no Estudo de Impacte Ambiental. Portanto, estavam à vontade até por isso. Foi criticado porque o Túnel nunca mais abria, mas sempre referira que ele abriria quando estivesse em condições de segurança para abrir, e era justamente isso que iriam fazer amanhã. Não era pessoa de duas palavras, ela abriria amanhã porque amanhã estava em condições de segurança, e a partir da amanhã uma nova página se virava na Cidade de Lisboa, entre outras coisas para reafirmarem aquilo a que se comprometeram com o eleitorado: prometiam e faziam. E podiam amanhã ir lá à vontade, quem quisesse ir ao Túnel ia ao Túnel, quem não quisesse ir não ia, mas ele seria uma realidade a partir de amanhã. -----

----- E não iria comparar o Túnel com outros túneis que foram feitos na Cidade de Lisboa, em que estava a obra já quase a acabar e nem projecto havia da sua conclusão, não havia resguardos para automóveis num dos sentidos, não havia escadas de emergência a funcionar, não havia carretéis de incêndios de um dos lados. Tanta coisa que não havia! Agora sim, mas nem sequer queria comparar! -----

----- Por fim, disse que todos, não puxava para si nem para quem esteve desde o início ligado a essa obra, a partir de amanhã teriam o Túnel mais bem equipado e com maior rigor de segurança como nenhum outro havia em todo o País. -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA 124/2007 – APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2006, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 124/2007 -----

----- Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão de 2006 -----

----- “Considerando as competências da Câmara em matéria de aprovação do relatório de gestão e documentos de prestação de contas. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1. Aprovar, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2006; -----

----- 2. Submeter, nos termos previstos na alínea c) do nº 2 do artº 53 da Lei Nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal.” -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra, leu o Parecer apresentado pela Comissão de Finanças, sendo o seu seguinte teor: -----

----- PARECER -----

----- “A Comissão Permanente de Finanças, Administração e Desenvolvimento Económico, reunida em 23 de Abril de 2007 para efeitos da análise das Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2006, bem como do Relatório de Gestão relativa ao mesmo ano, considera que os referidos documentos se encontram em condições de serem apresentados e discutidos em sessão plenária da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Este parecer colheu os votos favoráveis do PSD, do PS e do BE, e o voto contra do PCP, não se encontrando presente qualquer representante do CDS-PP. -----

----- Juntam-se, em anexo, as declarações de voto do PS, BE e PCP.” -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que tinha sido lido o Parecer da Comissão, onde se dizia que estavam em adenda declarações de voto de várias forças políticas, nomeadamente a do PCP, que votara contra. Era essa declaração de voto que passava a ler, pois alguém podia não conhecer: -----

----- “O Partido Comunista Português votou contra o parecer relativo às Demonstrações Financeiras, por considerar que a inscrição como receita/despesa da verba resultante da permuta do Parque Mayer/Entrecampos viola as regras e os princípios impostos pelo POCAL, bem como as normas dos procedimentos internos relativamente a permutas.” -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que gostaria de começar por partilhar uma complexidade com que se deparara, ao ler uma determinada revista que estava em circulação pela Assembleia. Ficara a saber que a Câmara Municipal de Lisboa esbanjara a possibilidade de ter uma receita extraordinária de 3 milhões de euros e lia isso na revista “Turismo de Lisboa”, na última página, num artigo de opinião do seu Director, um elemento insuspeito de conhecer a realidade autárquica, o Director Geral de Turismo de Lisboa, Vítor Costa, que tinha sido Vereador do PCP e da coligação PS/PCP durante vários anos na CML, que escrevia a seguinte pérola, sobre a célebre frase publicitária do *Allgarve*: -----

----- “As forças vivas algarvias, políticas, autárquicas e empresariais, andam em grande agitação por causa deste L a mais. Vendo as coisas à distância, não se compreende muito bem o que se está a passar, pois o que está em causa é um investimento extra do Turismo de Portugal de 3 milhões de euros a favor do Turismo do Algarve. É caso para dizer “venham de lá 3 milhões extra, que nós não nos importamos de assinar *Llisboa*.” -----

----- Era uma vergonha que o responsável por uma entidade de turismo em Lisboa se dispusesse a vender o nome de Lisboa por 3, 30 ou 300 milhões de euros. -----

----- Enquanto Deputado Municipal da Cidade de Lisboa não podia deixar de partilhar essa perplexidade profunda e desde já manifestar o seu profundo repúdio por essa declaração desse responsável do Turismo de Lisboa. -----

----- Passando ao Relatório de Gestão de 2006 e Demonstrações Financeiras, eles constituíam o primeiro instrumento de gestão pelo qual o Executivo Municipal assumia responsabilidade plena no que concernia a um exercício anual. Nessas, como noutras matérias, a verdade não assustava o PSD e por isso nunca o PSD escondera qual a actual situação financeira do Município de Lisboa, em como o Município se encontrava afectado por falta de liquidez e em como tudo isso justificava os resultados do Relatório de Gestão. -----

----- Infelizmente, não sentia por parte do Governo da República qualquer intenção de apoiar o Município de Lisboa para ultrapassar essa situação. Bem pelo contrário, o Governo vinha desenvolvendo uma estratégia de estrangulamento financeiro da Câmara Municipal de Lisboa que devia ser denunciada com clareza para que todos e cada um na Autarquia pudessem assumir as suas responsabilidades. Referia-se à Lei das Finanças Locais, cujas consequências negativas para Lisboa eram evidentes e tinham sido, aliás, reconhecidas como tal pela Assembleia Municipal. Referia-se aos erros grosseiros no Orçamento de Estado de 2007, cujos mapas errados retiravam milhões de euros que eram legalmente devidos a Lisboa. -----

----- Pesasse embora esses erros terem sido reconhecidos pelo Governo, o Governo, de forma autista, não tomava nenhuma medida para corrigir a situação, repondo a favor de Lisboa os valores a que por Lei a Cidade tinha direito. Referia-se à novela das contrapartidas do novo Casino Lisboa, que continuavam retidas e sem serem entregues à Câmara, como era de Lei, prejudicando objectivamente a Cidade e um conjunto de acções concretas que ficavam por financiar. -----

----- Não se podia também esquecer que 12 anos, se fizessem as contas, eram o dobro de 6, e, portanto, não se podia esquecer tudo aquilo que tinham sido os compromissos assumidos pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista durante os 12 anos que estiveram na Câmara, com João Soares e com Jorge Sampaio, e que estavam ainda hoje a onerar a CML, que tinha que pagar ainda as dívidas então contraídas. -----

----- Importava neste debate afirmar uma diferença e assumir essa diferença, que era entre a taxa de execução de pagamentos e a taxa de execução da despesa em termos de compromissos. Era essa última que verdadeiramente reflectia a actividade concreta, no terreno, do Executivo Municipal, e era muito positiva, cifrando-se em cerca de 80%. -----

----- Na Reabilitação Urbana havia cerca de 95% de execução; no Urbanismo e Qualidade Urbana havia cerca de 96% de execução; nas Infra-Estruturas Viárias havia cerca de 93% de execução; no Desenvolvimento Económico havia cerca de 87% de execução; na Cultura havia cerca de 97% de execução; na Educação e Juventude havia cerca de 85% de execução; na Descentralização nas Juntas de Freguesia havia cerca de 99% de execução; na Organização Municipal havia cerca de 92% de execução. -----

----- Não valia a pena nem bastava gritar mentiras, era preciso demonstrar que em termos de compromissos os números não eram verdadeiros. Eles eram verdadeiros, olhassem para os números e fizessem as contas, veriam que “a vossa mentira se transforma na nossa verdade”. -----

----- Se a esse exercício numérico se acrescentasse uma análise aos objectivos constantes do Relatório de Gestão, logo ressaltava um conjunto de obras ou iniciativas de relevo para a Cidade que foram sendo executadas durante 2006 e de que podia dar os seguintes exemplos: -----

----- No Alto do Lumiar, ao nível do parque edificado e do património; no Urbanismo, nos Espaços Verdes ou na Protecção Ambiental; nos Serviços Urbanos, na área do saneamento, com a recolha selectiva porta a porta; na Prevenção e Mobilidade Rodoviária, na área da gestão e controlo automático de tráfego; na Cultura, na área das bibliotecas e da actividade científica e de pesquisa; na Educação e Juventude; no Desporto, com novas piscinas municipais e novos equipamentos desportivos, entre outras. Eram áreas em que a atractividade da Cidade se tornava crescente. -----

----- Parecia também essencial destacar e salientar no debate os esforços do Executivo Municipal para diminuir as despesas correntes, o que conseguira em cerca de 3%. -----

----- Salientar também a significativa descida da aquisição de bens e serviços em cerca de 22,4% e salientar sobretudo o espírito de transparência e clareza do Executivo ao apurar e assumir toda a dívida da CML, aquela que tinha sido escondida durante 12 anos, dívida essa que se encontrava neste momento apurada e que fazia deste Relatório um dos mais transparentes de todos aqueles que foram trazidos à Assembleia Municipal. -----

----- Queria assinalar também o facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa ter constituído um grupo de trabalho para, no prazo de 60 dias, apresentar uma proposta de estabilização ou de recuperação financeira da CML. Formulava votos e esperava que todas as bancadas se associassem nesse sentido, para que esse grupo tivesse um bom trabalho e fosse capaz de encontrar soluções a favor de Lisboa e dos lisboetas. -----

----- Disse que o mandato autárquico se avaliava pela capacidade de cada executivo municipal deixar obra feita. Logo, avaliava-se pela concretização física e real dos compromissos que ia assumindo e que eram apurados em cada relatório de gestão anual. Por isso tinha que se olhar para o Relatório para além dos números e dos euros. Era importante que a Câmara tivesse liquidez para solver os seus compromissos e seria capaz logo que o Governo aliviasse o estrangulamento financeiro a que submetera a Câmara, fazendo-lhe chegar as verbas a que essa tinha direito por Lei. -----

----- Era importante que a taxa de execução pudesse ser superior em termos de pagamentos. Seria logo que a Câmara tivesse a liquidez necessária. -----

----- Era importante que se concretizassem obras em Lisboa, que favorecessem a Cidade e os lisboetas. Era o que estava a acontecer, como sucederia no dia seguinte com a abertura do túnel do Marquês. Esse era o melhor exemplo de que com objectivos claros e definidos, com convicção forte na sua prossecução, seria possível

ultrapassar todos os obstáculos, todas as tentativas de evitar a concretização de uma obra e alcançar os objectivos. -----

----- Era esse o caminho que o PSD continuaria a fazer em Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, perguntou se o Relatório que tinha era o mesmo que estavam a discutir. Se fosse outro era bom que fosse distribuído, para perceber os números que estavam a ser ditos. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que era normal na argumentação política que cada força tentasse apresentar os argumentos que à partida lhe parecessem ser mais favoráveis, isso não era pecado nenhum, podia até ser uma qualidade. Agora, o que gostava que lhe esclarecessem era como o Deputado Municipal Saldanha Serra podia dizer que alguém escondera a dívida. Não ia discutir a dívida, mas sabia-se que o Senhor Vereador Fontão de Carvalho tinha sido responsável pelas Finanças no tempo do Dr. João Soares e fora depois responsável pelas Finanças no tempo do Senhor Presidente Carmona Rodrigues. -----

----- Ele tinha escondido alguma coisa? Ele era ingénuo? Como é que era possível? ---

----- O Deputado Municipal Saldanha Serra devia esclarecer essa contradição. Tinham escondido a dívida, mas o Vereador das Finanças em que tinham confiado era o mesmo que tinha as Finanças anteriormente. -----

----- Parecia-lhe estar-se perante um argumento falacioso. O Deputado Municipal Saldanha Serra procurasse outro melhor, porque esse não pegava. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** disse que ainda bem que era o mesmo Relatório, porque estava preocupado que o Bloco de Esquerda tivesse um Relatório diferente. Pelos vistos, fazia era uma leitura diferente, mas isso era o contraditório a funcionar. -----

----- Ficava contente pelo facto do Deputado Municipal Miguel Coelho o absolver de pecados, apesar de não saber se seria possível absolver alguém de pecados, mas gostava de dizer o seguinte: -----

----- O Deputado Municipal Miguel Coelho tinha uma experiência muito maior que a sua da vida pública e sabia muito bem que ou as dívidas eram assumidas ou não. Se não eram assumidas eram escondidas e tinha sido isso que durante 12 anos a coligação PS/PCP, que tivera mais que um responsável pelas Finanças, andara a esconder. -----

----- A dívida estava escondida e quando era reconhecida, obviamente que ia crescer à dívida que a Câmara já tinha. O Deputado Municipal Miguel Coelho podia fazer os exercícios que quisesse para tentar retirar importância a esse dado, mas era um dado fundamental para a situação financeira actual do Município e essa tinha que ser assumida pelos senhores que durante 12 anos estiveram com a responsabilidade das Finanças, como o Vereador Luís Simões e o Vereador Fontão de Carvalho. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra, disse que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras vinham confirmar aquilo que há

muito o Partido Socialista, nas diferentes instâncias municipais, vinha denunciando como uma gestão financeira ruínosa do actual executivo e da maioria PSD. -----

----- O endividamento global da CML em 2006 ultrapassava 1260 milhões de euros, sensivelmente mais 60 milhões de euros do que no final de 2005. As dívidas a fornecedores cresceram 15% face ao ano anterior e fixaram-se em mais de 450 milhões de euros, nove vezes mais que em 2001. As despesas com pessoal ascenderam a 254 milhões de euros, tendo o seu peso no conjunto das despesas correntes da Câmara Municipal disparado para 65% do total. Em 2006 as referidas despesas com pessoal subiram 3,6%, contrariando e desmentindo com clareza o que fora dito pela maioria PSD ao longo do mandato. -----

----- A CML tinha actualmente compromissos assumidos que implicavam o pagamento de 30 mil euros de juros por dia. -----

----- Quanto à captação de receitas, o panorama era igualmente sombrio, sendo que os valores obtidos em 2006 caíram para o nível de 2003. A situação era especialmente dramática no respeitante à incapacidade para realizar receitas extraordinárias, que se ficaram por 13 milhões de euros, menos de 7% do que estava orçamentado. -----

----- A taxa de execução do Plano de Actividades era a mais baixa desde 2002, ano em que o PSD tinha passado a liderar os destinos da Autarquia. A taxa de execução global situava-se nos 46%, um dado que por si só era totalmente revelador do completo marasmo em que mergulhara a Cidade. -----

----- Da análise detalhada das diferentes áreas de execução do Plano de Actividades concluía-se que em 10 daquelas a execução ficava abaixo dos 50%. A tão propagandeada prioridade da Reabilitação Urbana não encontrava correspondência. Pelo contrário, a taxa de execução de 27% nessa área espelhava que se estaria não perante uma área prioritária, mas perante uma área votada a um tremendo abandono. Os desvios de execução relativos à Reabilitação Urbana atingiam percentagens gritantes de 80% em Alfama, Castelo e Mouraria, 86% em Bairro Alto e Bica. -----

----- O desporto não fazia parte da ideia de cidade do PSD, tendo a taxa de execução atingido o espantoso valor de 15%. As verbas orçamentadas para as infra-estruturas desportivas foram utilizadas em 8%. -----

----- A baixa taxa de execução prosseguia em quase todas as outras áreas, nomeadamente na Acção Social, Infra-estruturas Viárias, Protecção Civil, Educação e Juventude, entre outras. -----

----- Tendo em conta o panorama acima descrito, não era de estranhar que se continuasse a assistir nos próximos tempos a reclamações de fornecedores que continuariam sem receber, de entidades que não recebiam as verbas previamente acordadas. -----

----- O descalabro financeiro e a ausência de projecto eram a marca registada do Executivo e da maioria. -----

----- Neste momento, a **Senhora Presidente** assumiu a presidência da Mesa, eram 18 horas. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Relatório de Actividades e Contas de 2006 da Câmara Municipal não trazia nada de

novo. Confirmava o que já se sabia, actividade paralisada e o agravamento das contas. Todos os dados indicavam que a situação ia de mal a pior e reflectiam a falência do projecto político do PSD. -----

----- A taxa de execução do Plano de Actividades fora apenas de 46%, a pior de sempre. A do Plano Plurianual de Investimentos não tinha ultrapassado os 38%. Ficara por fazer mais de metade do orçamentado para 2006. -----

----- O Deputado Municipal Saldanha Serra tinha vindo a desvalorizar o interesse do valor da taxa de execução, mas sabia muito bem que esse fora sempre o grande referencial na análise da execução do Plano de Actividades. Alas, sabia que a sua bancada atacava a coligação por ter uma taxa de execução sempre superior, salvo um ano, a 70% e tinha chegado a 83%. Era esse o argumento que a bancada do PSD utilizava. -----

----- O Deputado Municipal Saldanha Serra era uma pessoa inteligente e, na medida em que era difícil fazer a defesa do Relatório e Contas, vinha apresentar outros números, imaginários. O que se estava a discutir era o Relatório e Contas apresentado, porque aquilo que o Senhor Deputado Municipal referira passava-se todos os anos. ---

----- Havia obra feita mas que não tinha sido paga e aqui era o descalabro. Por mais palavras que dissessem, a realidade confirmava. -----

----- A taxa de 46% era extremamente baixa, mas era escandalosa nalgumas áreas, porque fora inferior a 20% em áreas extremamente importantes. Na Prevenção e Mobilidade Rodoviária – 12%; Saneamento Básico – 11%; Conservação de Edifícios – 19%; Desporto – 14%; Segurança – 18%; Equipamento Escolar – 18%; Intervenção Social – 19%. A Reabilitação Urbana, excluída a permuta do Parque Mayer, decrescia para 27%, que era uma área extremamente importante em Lisboa. -----

----- A promessa do Senhor Presidente da Câmara, de reduzir em 2006 a dívida astronómica da Câmara em 30%, tinha ficado por cumprir. Pelo contrário, agravara-se em 61 milhões de euros, atingindo 1261 milhões de euros e excedendo em 96,7 a capacidade legal de endividamento. Não menos grave era a dívida de curto prazo aos fornecedores, que nos dois últimos anos tinha crescido 30%. -----

----- O despesismo descontrolado do Executivo do PSD conseguira quadruplicar o passivo da Câmara em apenas 5 anos, um verdadeiro descalabro sem fim à vista. Nada podia esconder essa situação. -----

----- Por outro lado, como já fora referido em sessão de Câmara e em Comissão de Administração e Finanças, as Demonstrações Financeiras em 2006 violavam as regras e os princípios contabilísticos impostos pelo POCAL no respeitante à inscrição como receita/despesa da verba resultante da permuta do Parque Mayer. -----

----- A Câmara estava à deriva, governando com navegação à vista, adiando o naufrágio com balões de oxigénio, como o recente empréstimo de 30 milhões de euros e passava a citar: “para acorrer a dificuldades de tesouraria” a fim de poder pagar o subsídio de férias dos funcionários. -----

----- Essa grave crise começara no primeiro mandato e acentuara-se no segundo. O que não surpreendia. Por falta de estratégia e de visão global dos problemas da

Cidade, a actual maioria da Câmara nunca tivera um projecto político credível, nem tão pouco um rumo certo, uma direcção coerente. -----

----- A conflitualidade provocada pela mudança da presidência, as sucessivas dissensões entre os Vereadores do PSD por questões partidárias e a controversa aliança com o CDS/PP constituíram factores de instabilidade que agravaram ainda mais a situação, que acabara por alastrar às empresas municipais, enredadas em graves actos de gestão, e culminando com a suspensão do mandato do Vice-Presidente da Câmara e de uma Vereadora, constituídos arguidos. -----

----- A crise política e institucional e o descontrolo financeiro resultante de uma gestão despesista que desbaratara milhões de euros tinha reflexos negativos nos trabalhadores e na estrutura interna dos serviços da CML, que estavam paralisados por falta de orientação política. -----

----- O Senhor Presidente só podia culpar-se a si próprio pela incapacidade do Executivo. E recordava que no seu Programa de Candidatura à CML afirmara, e passava a citar: “é uma nova equipa que eu próprio escolhi com atenção e com tempo”. E prometera mundos e fundos, entre os quais “terminarei o Parque Mayer...”. Tinha dito hoje que “o que prometo faço”. -----

----- O resultado estava à vista, ao fim de mais de cinco anos: quase nenhuma obra estruturante de vulto fora concluída (salvo o Túnel do Marquês e mesmo essa não estava concluída), agravara-se a mobilidade, degradaram-se o espaço público, o parque escolar, os equipamentos desportivos, os bairros municipais, a Cidade tinha estagnado e perdido qualidade de vida. -----

----- E porquê? -----

----- Devido a um verdadeiro desnorte na gestão do Município. E apontava apenas uma das causas: a Câmara previa, em 2006, arrecadar 204 milhões de euros na venda de bens de investimento e, afinal, só concretizara a verba irrisória de 13,5 milhões, ou seja, 6,7% do orçamentado. Obviamente, tinha ficado sem dinheiro para financiar o Plano de Actividades. -----

----- Essa fora uma causa recorrente em vários anos. Indo ao histórico, recordava quando a Senhora Vereadora Teresa Maury dizia em 2002 que queria vender 13 mil fogos e nem mil vendera, talvez nem 500. Isso baseado em algo que na realidade não tinha correspondência. -----

----- Não menos grave fora a falácia das alterações simplificadas do PDM que permitiram a especulação em projectos imobiliários como o Vale de Santo António, Boavista e Alcântara. -----

----- Má sorte para os lisboetas por terem dado a maioria ao PSD, em 2001, interrompendo um ciclo de desenvolvimento e modernização da cidade com a gestão da coligação de esquerda. -----

----- Recordava apenas algumas áreas em que a coligação tinha feito obras verdadeiramente estruturantes. Era o caso da eliminação das barracas, era o caso do saneamento básico. Nunca mais tinha havido inundações em Lisboa, ele estava enterrado e pouca gente via, mas fora uma obra notável que tinha sido feita. Também

grandes obras de infra-estruturas viárias, como por exemplo o túnel da Av. João XXI. Essas obras ficavam. -----

----- O PCP, que nunca defendera o “quanto pior, melhor” e não tinha uma visão catastrofista do futuro da Cidade, entendia que era possível ultrapassar o “impasse” através de uma mudança profunda da política da Câmara. -----

----- E numa atitude construtiva fizera uma proposta a que tinha chamado as “Medidas de Emergência para a Cidade de Lisboa”, com vista a sair da actual crise financeira e alterar a orientação política, nomeadamente: intervir na área do urbanismo de forma planificada e de acordo com critérios de interesse público, melhorar a mobilidade e a qualidade do espaço público e dos bairros municipais, redefinir as prioridades investindo particularmente nas áreas da juventude, rede escolar, desporto, cultura e saneamento básico. -----

----- Dizia o povo que “quem nasce torto, tarde ou nunca se endireita” e também que “para grandes males grandes remédios”. Mas parecia que não havia remédio que endireitasse este executivo. -----

----- Com efeito, o Senhor Presidente continuava agarrado ao poder e parecia assobiar para o lado, “daqui não saio, daqui ninguém me tira” e recusava-se a reconhecer que não tinha condições para governar, se não mudasse o rumo. Assim a doença não podia ter cura e iria piorar se se prolongasse por mais dois anos. -----

-----E a ser assim, Lisboa ia continuar parada, a marcar passo, pondo em causa o seu futuro e a qualidade de vida dos lisboetas. -----

----- Por isso o PCP ia votar contra o Relatório e Contas. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Feliciano David tinha reconhecido, e era importante afirmá-lo, que havia obra que estava feita mas ficava por pagar, mas o que não tinha dito era que seria substancialmente diferente quando essa obra que ficava por pagar tinha por trás dela orçamentos diferentes e o que perguntava era como integraria os números que ia dizer: -----

----- As médias de receita dos executivos do Dr. João Soares foram de 726 milhões de euros, sendo que 75 milhões em subsídios e participações e 89 milhões em empréstimos. A média de receita dos executivos do Prof. Carmona Rodrigues era de 570 milhões de euros, sendo que apenas 3 milhões em participações e subsídios e apenas 5 milhões em empréstimos. -----

----- Portanto, a pergunta que fazia era como se jogavam esses números com aquilo que não era possível pagar mas estava feito. Era substancialmente diferente com pouca receita fazer muito. Alguma coisa teria que se deixar por pagar e isso reflectia-se na taxa de execução, não dos compromissos. Era a taxa de execução dos compromissos que devia ser realçada, era essa que dava os 80%, porque correspondia efectivamente a obra realizada. -----

----- Parecia que o Deputado Municipal Feliciano David esquecera que tinha havido eleições em 2005, porque dissera “má sorte dos lisboetas que em 2001 votaram no PSD” e parecia que não tinha havido mais eleições até agora, mas tinha havido em

2005 e o PSD voltara a ganhar. Seria que os lisboetas se enganaram duas vezes? Pelos vistos, só não se enganavam quando votavam no Partido Comunista. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)** disse que podia ter repetido “má sorte para os lisboetas em 2005, porque voltaram a votar no PSD”. Era a continuação do que estava. -----

----- Sobre o que o Deputado Municipal Saldanha Serra dizia, era evidente que haveria maiores receitas, mas eram fundamentalmente para o PER. Para o PER, para o saneamento básico e para as infra-estruturas viárias, foram gastos mil milhões de euros, eram quase dois terços do Orçamento. -----

----- Quanto ao problema da Câmara, compreendia que esperavam receber 247 milhões de euros de venda de património e sabia-se quanto tinham feito. Era tudo um erro profundo de gestão e se tivesse sido feita essa venda de património, que nalguns casos era um profundo erro porque tinha que haver um critério e o PCP já pedira isso, mas teriam dinheiro para pagar aquilo que nalguns casos fizeram. -----

----- A explicação devia ser essa e não aquela que o Deputado Municipal Saldanha Serra pretendia dizer. Compreendia que estivesse a defender a política do seu partido, mas, em abono da verdade, tornava-se muito difícil essa defesa. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que tinha recebido hoje um fax para uma inauguração do Túnel do Marquês no dia seguinte, à mesma hora e no mesmo local onde há 30 anos se festejava o 25 de Abril. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que se devia subir o nível da discussão e debater as verdadeiras diferenças, porque era isso a democracia, debater as diferenças e não inventar. O Bloco de Esquerda era diferente do PSD, tinham conceitos distintos, eram aplicados de forma diferente e era isso que se devia discutir. -----

----- Vir dizer, por exemplo, que 80% das propostas da Câmara tiveram os votos da oposição, bom, haveria uma reunião no dia 26 com 28 pontos na Ordem de Trabalhos e a maioria desses pontos eram subsídios a colectividades. Achava que a oposição não iria dar subsídios às colectividades? -----

----- Devia-se falar das propostas que o PSD tinha apresentado e que tiveram só votos do PSD, quais foram aquelas que correspondiam à posição política do PSD e quais foram aquelas que os partidos da oposição acharam que eram contrárias às suas. Aí debatia-se política e esclareciam-se os cidadãos, caso contrário falava-se de muita coisa mas não de esclarecimento político neste fórum de debate democrático. -----

----- Achava que tinham que ser factuais e já tinha ouvido uns números que nenhum deles correspondia aos que tinha no livro, pelo que iria ler página e linha para que pudessem seguir. Números eram números e estava-se em Lisboa, não estavam em Moscovo nem a tomar banho na praia, estavam na Assembleia Municipal de Lisboa e havia uma realidade, não valia a pena ficarem a falar de coisas abstractas, ou então entrava-se no campo da completa loucura. -----

----- No dia 21 de Fevereiro de 2006, aquando da apresentação do Orçamento, o Deputado Municipal Saldanha Serra e o Executivo da Câmara propuseram à Assembleia o seguinte, para que votasse favoravelmente o Orçamento: -----

----- Disse o Senhor Vereador das Finanças e Vice-Presidente da Câmara o seguinte: -

----- “Era um Orçamento de contenção, em que havia a tentativa de redução, quer das despesas de funcionamento, quer das despesas afectas ao próprio Plano de Actividades. Era conhecida a situação financeira da Câmara Municipal de Lisboa e neste ano, por ser o primeiro ano de mandato, ano em que se lançavam projectos e faziam estudos para concretizar durante o período do mandato, haveria como prioridade resolver e equilibrar a situação financeira da Câmara. Era a isso que o Orçamento vinha dar resposta: um conjunto de iniciativas que estavam anunciadas para o primeiro ano de mandato, mas principalmente na regularização da situação financeira da Câmara.” -----

----- Depois dizia que: “a única forma de se conseguir regularizar e estabilizar financeiramente a Câmara Municipal de Lisboa seria através de uma redução do seu Orçamento para se poder durante o ano resolver uma grande parte das dívidas financeiras a fornecedores que se registavam no final de 2005.” -----

----- Continuava depois: “lembrava que nos últimos anos a Câmara tinha vindo a reduzir o seu passivo bancário em cerca de 25 a 30 milhões de euros por ano” -----

----- O BE tinha contestado esse Orçamento, dizendo que havia rubricas erradas. Tinha sido dito que era preciso contenção, que era preciso resolver o problema financeiro e que era por aí que se tinha que ir. Tinham assumido a responsabilidade de aprovar, mas quando se ia agora ver as contas o que havia não era o que fora dito e proposto, era que o endividamento tinha subido 61 milhões de euros em vez de reduzir os tais 20 a 30 milhões por ano, o que correspondia a mais 5,1% e que no passivo a curto prazo correspondia a um aumento de 5,5%. Isso era a realidade do que estava escrito. -----

----- Mas dizia o Deputado Municipal Saldanha Serra que as taxas de execução não eram bem como se estava a dizer. No princípio dos princípios, no objectivo dos objectivos, que era a recuperação da Cidade, que era a conta 6.1 – Reabilitação Urbana, dizia que se tinha atingido quase 81%, mas havia um problema e não se podiam iludir. Podiam aprovar, porque eram maioria, mas estavam todos a laborar numa ilusão, porque ao dizer-se isso esquecia-se de dizer que no bolo global estava uma rubrica chamada Parque Mayer cumprida em 96%, que representava 56 milhões de euros e que era uma rubrica meramente contabilística, um terreno por outro, saía na despesa e entrava na receita, mas que na realidade não correspondia a uma recuperação da Cidade. -----

----- Se fossem ver rubrica a rubrica, no objectivo dos objectivos, se tirassem o Parque Mayer, eram 27% de taxa de execução na Reabilitação Urbana. Era o primeiro objectivo do PSD, era o primeiro objectivo do CDS, era o primeiro objectivo do PS, era o primeiro objectivo do PCP, era o primeiro objectivo dos Verdes e também era o primeiro objectivo do Bloco. -----

----- Na página 74, no Parque Edificado e Património, a taxa de execução era de 38%.

----- Na página 90, no Urbanismo, era 48%. -----

----- Nos Serviços Urbanos, página 100, era 51%. -----

----- Nas Infra-estruturas Viárias, página 106, era 31%. -----

----- Na Prevenção e Mobilidade Rodoviária, página 111, eram 12%. -----

----- Isso estava escrito no livro que tinha, a não ser que não fosse esse livro que estavam a discutir, mas tinha tido o cuidado de perguntar se era esse. -----

----- Na conta 7 – Segurança dos Cidadãos, uma taxa de execução de 18%. -----

----- Na página 136, Desenvolvimento Económico, 67%. -----

----- Na Cultura, 52%. -----

----- Educação e Juventude, 39% -----

----- Desporto, 14%. -----

----- Intervenção Social, 47%. -----

----- Descentralização e Relações Externas, 97%. Houvesse alguma coisa que valia a pena, que era descentralizar e ter relações externas. -----

----- Participações Sociais e Investimentos Financeiros, 14%. -----

----- Organização Municipal, 36%. -----

----- Isso era o que estava escrito no Relatório e o Senhor Presidente da Câmara merecia uma medalha da Cidade, podia ficar inscrito no *Guinness*. Tinha sido dito que havia a mania de fazer Orçamentos inflacionados em que depois não havia taxas de execução, mas era a pior taxa de execução da CML. -----

----- Era curioso que em 2005 tinha havido eleições e a taxa de execução também tinha subido, mas 43% era recorde nacional na CML, num Orçamento em que os próprios disseram que era de apertar porque não queriam orçamentos inflacionados. --

----- Ainda por cima, não era no ano em que havia crises na Câmara, não era no ano em que saíam Vereadores, não era no ano em que os Vereadores se zangavam uns com os outros a meio de uma reunião de Câmara. Era no ano anterior, em que nada disso tinha acontecido. Estava para ver a taxa de execução deste ano. -----

----- Dizia o Deputado Municipal Saldanha Serra que o grande problema era não haver receitas e o primeiro bandido era o Governo. Não era o local próprio para debater o Governo, o BE tinha expressado a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais, enquanto Bloco de Esquerda travavam o seu combate contra o Governo, incluindo sobre as Finanças Locais. O BE tinha apresentado propostas na Assembleia Municipal, aprovadas por unanimidade para poder haver novas receitas na Câmara, que era os edifícios do Estado passarem a pagar imposto municipal, IMI, mas era curioso que cada vez que aparecia uma proposta para libertar empresas privadas de taxas e de milhões de euros, como apareceria já no ponto seguinte, bom, o Deputado Municipal Saldanha Serra teria que votar contra a proposta seguinte. Então, dizia que não havia receitas e ia ilibar uma empresa privada de pagar 3 milhões de euros de taxas à Câmara? -----

----- Ainda não vira ninguém dizer aquilo que o BE dizia constantemente e continuaria a dizer sempre que se discutisse contas ou orçamentos, que a Câmara era roubada, como todas as câmaras de Portugal, pelo neo-liberalismo que permitia que o

capital financeiro no País fosse capital de primeira e todos os que trabalhavam, pequenos, médios ou intermédios, fossem de segunda. -----

----- Não fazia sentido que a banca pagasse em média 12% de IRC, ou seja, 1.2% de derrama à Câmara, e quem era empresário de pequenas e médias empresas pagava cerca de 28%, ou seja, 2.8% à Câmara. -----

----- Queriam aumentar as receitas da Câmara? Estavam todos de acordo em exigir que a banca, a finança, os seguros, pagassem de IRC o mesmo que qualquer outro empresário? Que deixassem de ser empresários de primeira e a Câmara passasse a receber os 10%? -----

----- Já uma vez tinha feito essas contas, no tempo do Dr. Santana Lopes, por quem tinha respeito, apesar de ser adversário do ponto de vista filosófico e político, porque ele reconhecera que isso era verdade e estava em acta. -----

----- Era preciso dizer se queriam travar esse combate ou não. Não adiantava dizer que não podiam fazer mais por não haver dinheiro, porque dinheiro havia, estava sempre no mesmo sítio, era só ver como cresciam em flecha os lucros da banca, da finança, dos seguros da medicina privada e de saúde. Tudo isso pagava em média 12% de IRC, enquanto qualquer outro empresário pagava em média 28%. A Câmara estava apenas a receber 1.2% desses biliões, em vez de estar a receber 2.8%. Era muito dinheiro, era quase um orçamento para a Câmara. -----

----- Algum dos Deputados Municipais desconhecia os lucros da banca? E desconhecimento que a média de IRC da banca estava em 12% neste momento? -----

----- Portanto, quando se viessem votar isenções de taxas a empresas privadas ou a clubes de futebol, que eram SA cotadas na Bolsa, lembrassem-se do que tinham acabado de dizer, que não havia receitas. -----

----- Números eram números e queria dar os parabéns à Câmara porque, apesar de tudo, havia alguns objectivos que tinha cumprido a 100%. Na página 123, a Câmara tinha cumprido a 100% o objectivo do Rock in Rio, tinha pago tudo ao Rock in Rio daquilo que tinha para pagar. Também tinha cumprido a 100% ao pagar tudo o que devia ao Lisboa-Dakar. Na página 122, a Câmara tinha cumprido a 100%, ao fazer todas as transferências para aquilo que ainda agora tinha sido criticado, a Associação de Turismo de Lisboa. A Câmara cumprira a 100% tudo o que tinha para pagar na Moda Lisboa. -----

----- Era curioso, estava-se apenas num problema de critério. Para a reabilitação, para as questões sociais, para a prevenção e para a segurança não havia dinheiro, mas isso tudo tinha sido cumprido a 100%. Dava os parabéns ao Senhor Presidente, porque as suas escolhas eram claras. Escolhia os privados, o BE escolhia a Cidade de Lisboa. ---

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que na proposta 124/2007 constatava-se que a Câmara apresentava um passivo de 1,261 milhões de euros, ou seja, um aumento da dívida na ordem dos 60 milhões de euros, o que se traduzia numa taxa de 5% mais relativamente ao ano de 2005, em que o passivo apresentava o valor de cerca de 1,2 milhões de euros. -----

----- A taxa de execução, que representava o indicador político mais relevante, tinha sido muito baixa, sendo que em 2005 apresentava um valor de 76,9%, enquanto em 2006 se situava nos 66%. -----

----- O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, o POCAL, adoptado havia 6 anos pela Câmara Municipal, aparentemente permanecia como não sendo aplicável, bem como a inventariação dos bens do Município ainda não se encontrar concluída, não estando por isso devidamente identificados e reflectidos nas presentes Demonstrações Financeiras. -----

----- O primeiro objectivo preconizado pela Câmara, a Reabilitação Urbana, apresentava uma execução de apenas 69%, sendo que se retirassem a permuta do Parque Mayer essa taxa de execução ficava em apenas 27%, pouco mais de um terço.

----- O segundo objectivo, dos Equipamentos Sociais, apresentava uma taxa de execução de 38%, enquanto a Mobilidade Rodoviária se ficava por uma taxa de 12%. Também a inclusão da permuta do Parque Mayer, no valor de 60 milhões de euros, parecia violar as regras e princípios contabilísticos impostos pelo referido POCAL, bem como as normas de procedimentos internos relativamente a permutas. -----

----- Para quando iria a Câmara Municipal iniciar um processo negocial com a Bragaparkes, de forma a encontrar um valor que essa deveria pagar à Câmara pela exploração do recinto com um parque de estacionamento desde Agosto de 2005 até à saída definitiva do local? -----

----- Graves seriam os eventuais focos de corrupção ou tráfico de influências nas empresas municipais, bem como a falta de pagamento por parte da Câmara às diversas empresas que lhe prestassem serviço. -----

----- Um exemplo concreto, que se vinha arrastando desde 2006: era público que o Ministério da Educação e a Câmara vinham discutindo a regularização dos problemas relativos ao pagamento pela Autarquia às entidades prestadoras de serviços no âmbito do enriquecimento curricular, tendo a representação do Ministério transmitido à da Câmara a sua grande preocupação com as perturbações de funcionamento das actividades de enriquecimento escolar na Cidade de Lisboa, nomeadamente a eventual interrupção destas por iniciativa das entidades parceiras da Autarquia. -----

----- Ora, apesar de desde o ano anterior haver promessas do Executivo de uma escola a tempo inteiro, com tempos de permanência das crianças garantidos como pedagogicamente ricos e complementares nas aprendizagens das competências básicas, considerando que as entidades contratadas, não sendo ressarcidas pelos seus serviços, já expressaram a sua incapacidade para continuar a prestar um serviço sem o pagamento das verbas que lhes eram devidas pela Câmara, o que respondia o Executivo? Já o mesmo tinha acontecido com a formação na área da música. -----

----- Se considerassem os legítimos e continuados protestos das associações de pais e dos encarregados de educação que revelavam preocupação pelo fim anunciado pelos prestadores do acompanhamento aos seus filhos nos horários de prolongamento escolar, bem como a necessidade de ser encontrada uma solução imediata para o problema por parte da Câmara, o que respondia o Executivo? -----

----- Considerando que os dirigentes do Ministério confirmaram ter cumprido a sua parte, ao procederem atempadamente ao pagamento de tranches no valor de 1172,895 euros cada, a primeira em 27 de Dezembro de 2006, depois outra tranche em Março de 2007, o que respondia o Executivo? -----

----- Aí também não tinha pago a 100%, citando o orador antecedente. O PEV respondia: a solução deveria passar pelo compromisso do Município em proceder ao urgente pagamento dessas contrapartidas. -----

----- Finalmente, uma outra dúvida: na página 172 era referida a aprovação do Plano de Empreendedorismo Solidário, Plano Estratégico de Desenvolvimento Social Sustentado, que não teria sido realmente aprovado em sessão de Câmara. Porquê? -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra, disse que, antes de entrar na questão dos números, gostaria de saber se o seu documento era igual ao do Deputado Municipal Carlos Marques, que era para fazer o contraste em relação a alguns números que tinham sido apresentados. -----

----- Começaria justamente pelo Balanço. A Câmara Municipal não tinha escamoteado a verdade, nem se tinha furtado à sua responsabilidade. Pelo contrário, vinha assumindo com clareza e frontalidade que a Câmara atravessava dificuldades financeiras. Era uma situação que não valia a pena escamotear, mas parecia-lhe que também não se devia dramatizar excessivamente, como vinha acontecendo com algumas intervenções que foram feitas. -----

----- Todos os Deputados Municipais da oposição tinham vindo a referir que o endividamento tinha aumentado 61 milhões de euros, mas aconselhava alguns daqueles que referiram isso a reler o Balanço e pensar bem no que estavam a dizer. Não era endividamento, era aumento do passivo, que era uma coisa completamente diferente. -----

----- Para além disso, também gostava de lembrar que havia uma contrapartida e que isso tinha sido escamoteado deliberadamente. O activo tinha aumentado 153 milhões de euros. Num balanço, quando aumentava o passivo, se aumentasse o activo havia a devida contrapartida, mas isso tinha sido escamoteado deliberadamente para enganar os incautos, ou pelo menos para não prestar a informação que era devida a todos os Deputados Municipais, ao público e à comunicação social. Quanto a isso, parecia-lhe que estava reposta a verdade dos factos. -----

----- O aumento ou diminuição de endividamento em relação ao médio prazo, tinha havido uma redução de 37 milhões de euros no médio prazo, que correspondiam às amortizações dos empréstimos existentes *à la longue* e que iam sendo cumpridas as amortizações dentro dos calendários previstos. -----

----- Onde realmente tinha havido um agravamento do endividamento era no curto prazo, mas não com aquela dimensão e com os números que tinham sido expressos. ---

----- Quanto ao equilíbrio de balanço, essa era a realidade e não valia a pena escamotear, porque estava a ler os números que vinham nas Contas apresentadas pela Câmara. -----

----- Quanto à conta de resultados, também aí foram evidenciados alguns números que não correspondiam de todo à verdade. Tinham sido referidos números em relação aos custos e aos proveitos e até tinham chegado a admitir a hipótese de haver uma infracção legal porque os proveitos seriam inferiores aos custos. No entanto, estava bem espelhada a realidade de que os custos eram inferiores aos proveitos, respeitando-se assim aquilo que estava estabelecido na Lei, que era o equilíbrio entre despesas e receitas, ou seja, as receitas teriam sempre que ser superiores às despesas. -----

----- Quanto ao problema das receitas, o que evidenciava a conta de resultados era que tinha havido uma redução de 32.696.000 euros. A Câmara não tinha fugido à verdade, prestara a informação devida sobre as razões porque tinha havido redução nas receitas, dizendo inclusivamente em que rubricas isso acontecera, no IMI e no IMT. --

----- Em relação ao IMI até era uma situação que não era previsível, ou se o fosse seria nas pessoas mais identificadas com essa problemática em termos de projecções, mas mesmo assim não se admitia que houvesse conjuntamente nos dois impostos, no IMI e no antigo imposto que esse substituíra, uma redução de 3,4%. Não havia ainda uma justificação para esse facto, provavelmente o tempo iria demonstrá-lo. -----

----- Em relação ao IMT, parecia-lhe ser uma situação que, quem estivesse atento à conjuntura económica, perceberia isso perfeitamente. Se a redução da actividade económica se verificava no País e não era só deste ano, já vinha dos anos anteriores, e se essa redução da actividade económica era fortemente acentuada no sector da construção civil, com todas as implicações que isso comportava, naturalmente que o IMT tinha que reduzir, porque isso resultava das transacções que se efectuavam em função das compras de casa própria e outras transacções por parte das pessoas que faziam essas aquisições. Se isso reduzia, naturalmente que tinha que reduzir o IMT em termos de resultados. -----

----- O sector da construção civil era fortemente dinamizador da actividade económica do País, com efeitos a montante mas não só, também a jusante, e não se podiam alhear da conjuntura e da situação que o sector enfrentava. Nesta Autarquia, neste Governo e já noutros Governos anteriores se fazia sentir os efeitos da situação. -----

----- Quanto ao problema dos custos, havia um agravamento de 8 milhões de euros na situação de custos financeiros, que tinham a ver com uma situação que os Deputados Municipais conheciam bem e que resultava da incorporação de cerca de 210 milhões de euros que a Câmara assumira, da Parque Expo eram 155 milhões e da SIMTEJO eram cerca de 55 milhões. Se o balanço incorporava dívidas, naturalmente que isso iria produzir aumento de custos. Para além do aumento das taxas de juro no mercado, eram as principais razões porque havia um agravamento de custos de 8 milhões de euros. -----

----- Quanto ao endividamento de médio prazo, tinha havido um pequeno aumento e até preocupara alguns Deputados Municipais, julgando que teria havido uma ultrapassagem da Lei, o que não tinha acontecido. A Câmara limitara-se a aproveitar uma oportunidade de recurso a financiamento bancário para fazer face à construção do túnel do Rêgo, ao desnivelamento da Infante D. Henrique e cumprir o 4º Programa do PER. Eram objectivos financiados por recursos da União Europeia e que para tal se

podia recorrer a financiamento bancário sem contar para o enquadramento e alimentação do financiamento. -----

----- Sobre os objectivos do Plano de Actividades, já tinha ouvido várias versões, algumas com realce acentuado em relação a certas taxas de execução. Gostaria de referir só a taxa de Desenvolvimento Económico de 67%. A Cultura correspondia a 52%. A Descentralização e Relações Externas, que era sempre um ponto sensível das relações da Câmara com as Juntas de Freguesia, tinha 97%. -----

----- Isso era só para contrapor a outros números que tinham sido referidos, do ponto de vista da oposição baixas, do ponto de vista da maioria relativamente baixas, não estavam satisfeitos com elas, mas mesmo assim correspondiam a objectivos que, embora não conseguidos, tinha sido feito um esforço para que fossem conseguidos. ---

----- Dizia a sua avozinha que “sem ovos não se faziam omeletas” e, na realidade, a CML, sem dinheiro, não conseguia avançar com determinados investimentos e isso tinha a ver com uma questão muito simples, tinha havido uma redução na ordem dos 260 milhões de euros em receitas extraordinárias que estavam previstas e que por razões imponderáveis não se puderam concretizar, concretamente a venda de património. Estava previsto no Orçamento, para que a Câmara pudesse cumprir o seu Plano de Actividades a contento de todos, que se conseguisse vender património para conseguir o reequilíbrio financeiro da Câmara e para satisfazer compromissos com o desenvolvimento de investimentos que pretendiam fazer, que alguns foram feitos e outros não. -----

----- Como tinha começado por dizer, a própria Câmara Municipal não escamoteava e de tal maneira era assim que o Senhor Presidente da Câmara já nomeara uma comissão para que fizesse uma inventariação profunda das situações na globalidade da Câmara e apresentasse um plano de reestruturação financeira para se criar uma nova dinâmica e tentar-se ultrapassar os problemas que estavam a fazer alguns bloqueamentos no desenvolvimento da actividade camarária nas diversas vertentes. Era uma situação que estava identificada, já fora anunciado que seriam tomadas medidas e, perante o diagnóstico e as medidas anunciadas, estava crente de que a CML conseguiria os objectivos, com o apoio de todos, inclusivamente também devia ser com o apoio da oposição. -----

----- A função da oposição era assumir a sua posição, denunciando situações que não correspondessem de todo ao que seriam os grandes objectivos para a Cidade, mas não era desencadear acções de bloqueamento por omissão ou por afrontamento em relação àquilo que se pretendia desenvolver em termos de concretização de determinados objectivos. -----

----- Nesse caso estava-se a referir ao túnel do Marquês e esperava ver o Deputado Municipal Carlos Marques a bater palmas na inauguração. Esperava que ainda se arrependesse e em vez de ir para as comemorações do 25 de Abril se juntasse na inauguração daquele grande empreendimento histórico na Cidade de Lisboa. -----

----- Quanto às taxas de execução do IRC, elas eram baixas mas não eram tão baixas como se referia, andavam à volta dos 17%. O que se passava e que se sabia perfeitamente era que isso não cabia no âmbito do Executivo Camarário, caía dentro

do âmbito do Governo, que regulava essa matéria e era quem tinha competência para agravar ou desagrar as taxas de IRC aplicadas às instituições financeiras e que a Câmara depois, por efeito disso, iria beneficiar ou não dos aumentos ou das diminuições da taxa aplicada. -----

----- Do ponto de vista do PSD, os documentos reuniam as condições suficientes para poderem ser aprovados na Assembleia Municipal, sem constrangimentos de qualquer espécie. Retravam uma realidade que não era escamoteada, tinham incorporado o endividamento da Câmara a 100% e não tinham facturas em cima das mesas dos Senhores Directores Municipais. Era isso que importava, que se enfrentasse uma realidade que oferecesse confiança de apreciação a todos os Deputados Municipais, quer fossem do partido do Executivo, quer fossem da oposição. -----

----- Congratular-se-ia com a aprovação das Contas. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Domingos Pires tinha dito números, era um técnico de contas e aceitava que fosse um homem de rigor. No entanto, queria lembrar em relação ao passivo que entre 2002 e 2005 o passivo tinha aumentado 417 milhões de euros e para o ano corrente mais 500 milhões de euros. ----

----- As receitas estruturais tinham-se mantido em bom nível e foram até superiores a 2003 e 2004. O IMI tinha crescido, mas na relação com a Contribuição Autárquica tinha havido uma pequena descida e isso devia-se a uma circunstância que atribuíu à falta de cobrança, que tinha atingido a eficácia de 60% quando no ano anterior era de 80%. -----

----- Se reparassem na Taxa de Saneamento, ela tinha aumentado 10% e, portanto, não se percebia porque é que o valor tinha descido. A explicação era pelo problema da cobrança. -----

----- A pergunta que fazia ao Deputado Municipal Domingos Pires, como homem de rigor, era se não achava que a principal razão tinha sido a ineficácia da Câmara em conseguir vender os bens de investimento orçamentados em 240 milhões de euros e que ficaram reduzidos a 6%. Tinha sido essa a principal razão, entre muitas outras. ----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra, disse que no fundo a intervenção do Deputado Municipal Feliciano David vinha confirmar aquilo que tinha dito. Na realidade tinha referido que a Câmara não conseguira realizar a venda por imponderáveis, sendo que alguns dos imponderáveis tinham sido justamente pelas areias colocadas na engrenagem por parte da oposição em relação a algumas urbanizações e a alguns terrenos que estavam minimamente preparados. Como tinham levantado obstáculos e criaram problemas, naturalmente que milagres só Deus Nosso Senhor e quando estava com muita boa vontade. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, no uso da palavra, disse que iria falar nas discrepâncias existentes entre o que estava explanado no Relatório de 2006 e a realidade no que se referia às execuções financeiras dos objectivos expressos, no desvio entre o montante da dotação total e a execução indicada em relação a equipamentos sociais, onde o não executado era 69%. -----

----- Projectos de acção social, não executado em 45%; -----

----- Programa de prevenção da toxicodependência, não executado em 25%; -----

----- Os equipamentos sociais eram fundamentais para garantia do bem-estar e qualidade de vida de grupos e comunidades. -----

----- No caso das creches, por exemplo, além da garantia dos direitos das crianças e do seu acolhimento com qualidade, as creches eram equipamentos sociais que potenciavam a compatibilização entre a vida familiar e profissional. -----

----- No que dizia respeito à construção, reabilitação e adaptação de equipamentos sociais verificava-se uma clara diminuição da actividade municipal. -----

----- Era chocante a baixa execução nos seguintes equipamentos sociais: -----

----- Vinha referido “equipamento da Charneca” com duas creches, um centro-de-dia e um auditório, e dizia estar em fase de conclusão, mas a taxa de execução era zero! Dizia que estava em fase de conclusão, o certo era que ainda nem tinha começado! Zero por cento de taxa de execução. -----

----- O centro-de-dia de São José, anunciado como obra concluída e entregue à Junta de Freguesia de São José para gestão, e que ainda não estava aberto até à data, a taxa de execução era 49%. -----

----- O Centro Adolfo Simões Muller, equipamento que estava fechado e que no mandato anterior fora objecto de obras de reparação, neste momento sofria de infiltrações graves que se começaram a verificar após a conclusão da obra. Taxa de execução zero. -----

----- Equipamento de Campolide para idosos. Indicado como estando em fase de conclusão, taxa de execução 50%. -----

----- Equipamento Social Ferreira Borges, com creche e centro-de-dia, indicado como estando em fase de conclusão, taxa de execução menos 40%. -----

----- No âmbito do programa Casa Aberta, que era um programa de adaptação e anulação de barreiras arquitectónicas nas habitações de pessoas com mobilidade reduzida, nada! Nada fora executado da dotação inicial de 320.000 euros em transferências de capital. Ou seja, zero por cento. -----

----- Prevenção da toxicodependência: notava-se um decréscimo acentuado de apoio municipal a projectos ou programas assentes em protocolos de colaboração, ou cooperação, com instituições sem fins lucrativos. Apresentava como exemplo de execuções orçamentais muito baixas o Projecto Prevenção na Cidade, menos 34%; intervenção junto da prostituição, o que era de estranhar dada a divulgação feita pela Câmara de aumentar o apoio à Associação “O Ninho” e às “Irmãs Oblatas”, taxa de execução zero. -----

----- Prevenção da Sida sem qualquer execução. Zero! -----

----- Gostaria até de questionar como fazia face a Câmara Municipal aos seus compromissos referentes aos novos protocolos assinados em 2006 com a Associação Abraço e a Comunidade contra a Sida. E referia, zero de taxa de execução! -----

----- Em relação à acção social: projectos. Referia as taxas de execução negativas, exclusivamente nos casos das transferências correntes para instituições sem fins lucrativos. As IPSS e associações sem fins lucrativos contribuía de forma muito

significativa para a participação cívica e desenvolvimento dos grupos e comunidades com apelo ao voluntariado, e às quais era reconhecida a capacidade de contenção dos problemas da exclusão social e de promoção de soluções mais próximas das pessoas. -

----- Salientava as situações em que as transferências, no presente Relatório, se reportavam a serviços destinados a populações em situação de exclusão social comprovada: -----

----- Apoio a acções com deficientes, menos 72%. A Associação “Elo Social” vira-se obrigada a suspender o serviço de transporte escolar adaptado para crianças e jovens, em final do mês de Março, por falta de cumprimento dos compromissos da Câmara; --

----- Apoio a idosos, menos 53%; -----

----- Apoio à infância, menos 69%; -----

----- Apoio a pessoas sem-abrigo, menos 17%. E lembrava a existência, até falada na reunião anterior da Assembleia, de dívidas do Município a dois centros de acolhimento, o de Xabregas e o do Beato; -----

----- Apoio às redes sociais, menos 100%. Repetia, menos 100%, nas quais se incluíam as instituições com as quais a Câmara tinha protocolos. Referia, por exemplo, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e o Centro Dr. João dos Santos, Casa da Praia. -----

----- Iria agora referir programas e serviços que foram fechados, suspensos ou que nunca chegaram a abrir: -----

----- Programa LX Amigo, suspenso em 2006. Esse programa era destinado a apoiar os idosos em pequenas adaptações nas suas habitações; -----

----- Centro Cultural Adolfo Simões Muller, destinado a crianças dos 6 aos 12 anos, fechado devido às graves infiltrações no tecto e que não foram objecto de reparação; --

----- Escola de Artes e Ofícios Tradicionais, não funcionara como escola em 2006 pois não tinha cursos de formação; -----

----- Ginásio Flamengo em Forma, fora encerrado em 2006; -----

----- Espaço A Brincar, destinado a crianças, previsto para o Bairro da Liberdade. -----

----- E, para terminar, gostaria de referir o que infelizmente não estava, nem poderia estar referido no Relatório. Referia-se ao funcionamento do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência. No início de 2006 a Assembleia Municipal elegera a sua representante. Em Maio de 2006, num encontro promovido pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, com representantes das associações de deficientes, todas essas associações foram unânimes na necessidade do funcionamento desse Conselho, e até hoje, 24 de Abril de 2007, a Câmara nada fizera para pôr esse Conselho em funcionamento. Até quando? -----

----- **O Senhor Vereador Sérgio Lipari**, no uso da palavra, disse que para quem estivesse a ouvir parecia que a Câmara estava parada, que não se fazia nada. No entanto, iria demonstrar que estavam de consciência limpa, olhos nos olhos, para perceber o que se passava ao nível da Educação e da Acção Social. -----

----- Começaria por dizer que nunca se tinha aumentado e reforçado tanto, quer as competências, quer as atribuições da Educação ao longo do ano 2006. Enfrentaram de

frente o grande desafio que fora a promoção das actividades do enriquecimento curricular. -----

----- Enfrentaram de frente a questão da componente do apoio à família. Era uma realidade. Podiam dizer que era preciso melhorar, tinha havido problemas de pagamento, mas era tudo situações que estavam ultrapassadas ou estavam a ser ultrapassadas. Sabia-se as dificuldades financeiras da Câmara, mas não se podia andar a confundir taxas de execução real com taxas de execução de gestão. -----

----- Ao nível do Pelouro da Educação havia uma estratégia, sabiam o que queriam. Estava já a funcionar o Conselho Municipal. Havia um parque escolar complexo, que teria de se resolver. Ainda no dia anterior dizia a Senhora Ministra: “Senhor Vereador, ambos herdámos uma herança muito pesada, mas temos que inverter essa situação”. Era isso que se estava a fazer. -----

----- A Cidade de Lisboa tinha uma complexidade única e era preciso perceber. Durante anos e anos ninguém conservara o edificado e também ninguém dizia que 30% das crianças eram custos de capitalidade. Tinha sido o primeiro a denunciar, não fora o Deputado Municipal Paulo Quaresma, o que se passava a nível do pré-escolar, com 16% de taxa de cobertura. -----

----- Também era o actual Executivo que tinha trazido para a Cidade a questão que se reportava ao 1º Ciclo, em que havia uma taxa de cobertura de 50 e tal por cento e havia mais que fazer pelas crianças. -----

----- Queria deixar bem claro que a taxa de execução de gestão fora de cerca de 87%. Não se podia escamotear a verdade. -----

----- No que dizia respeito ao Pelouro da Acção Social, sabia perfeitamente hoje qual era o caminho, que teria que haver uma intervenção de proximidade, que teriam que trabalhar através de uma rede social, e também não envergonhava a taxa de execução de gestão, com cerca de 86%. -----

----- Uma coisa era os problemas financeiros, outra coisa era falar-se em circunstâncias que os ultrapassavam. Vinham-se encontrando novas soluções e dava o exemplo de Campolide, em que de facto havia dificuldades para acabar de efectuar o pagamento, mas já se estava a pensar numa parceria para ultrapassar isso. -----

----- No Simões Muller, de facto tinham surgido problemas, mas estava-se a tentar colmatar o problema. Isso não significava não fazer nada, não significava que o espaço “A Brincar” não iria ser uma realidade a inaugurar no próximo mês. -----

----- Hoje havia uma estratégia, arrumava-se a casa e estavam no caminho certo para melhor servir os munícipes. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, submeteu à votação a proposta 124/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, votos contra de PS, PCP, BE e PEV e abstenção do CDS-PP. -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA Nº 158/2007 – APROVAR A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E A SMART EVENTS PARA A REALIZAÇÃO DO FESTIVAL CREAMFIELDS LISBOA A OCORRER NO PARQUE DA BELA VISTA, BEM COMO A ISENÇÃO DAS**

RESPECTIVAS TAXAS MUNICIPAIS, AO ABRIGO DA ALÍNEA N.º 2 DO ART.º 12.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA R) DO N.º1 E DA ALÍNEA E) DO N.º2, AMBOS DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

----- PROPOSTA 158/2007 -----

----- “Considerando que: -----

----- O Creamfields, criado em 1998 no Reino Unido consiste num festival de musica com grande divulgação e prestígio internacional tendo já sido organizado no Reino Unido, Espanha, Argentina, Chile, Brasil, México, Rússia, Polónia, Republica Checa, Irlanda e Turquia; -----

----- O festival Creamfields desde a sua criação foi já considerado o Festival Event of the year em 2000, 2001 e 2005 no House Music Awards e Best Dance Festival no Uk Festival Awards em 2005 e 2004; -----

----- A Smart Events - Produção de Espectáculos e Organização de Eventos, Lda. entidade que assume a responsabilidade pela realização do festival Creamfields no Território Português, manifestou grande interesse na realização de uma edição do mesmo na cidade de Lisboa; -----

----- A projecção internacional tanto na imprensa portuguesa como na imprensa estrangeira do evento Creamfields contribuirá para a promoção e divulgação da cidade de Lisboa junto das populações quer nacionais quer estrangeiras; -----

----- O Festival Creamfields de Lisboa tem entre os seus principais objectivos a promoção e a divulgação do nome e da imagem da cidade de Lisboa e de Portugal na Europa e no mundo; -----

----- A realização do Creamfields Lisboa, por via da captação de vários milhares de visitantes nacionais e estrangeiros a Lisboa, favorece o aumento da receita turística, designadamente em sectores como a hotelaria, restauração, comércio e transportes; ---

----- O Parque da Bela Vista pela sua qualidade e características únicas (localização, acessibilidade, dimensão e infra-estruturas) constitui o local que mais se adequa à realização do Creamfields Lisboa; -----

----- É do interesse do Município de Lisboa a optimização e dinamização daquele espaço bem como a sua requalificação e revitalização e aliar estes objectivos ao acolhimento de eventos desta natureza no Parque da Bela Vista; -----

----- A Smart Events assume o compromisso de apoiar e dar cumprimento aos programas de requalificação e dinamização do Parque da Bela Vista elaborados pela Câmara Municipal de Lisboa -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

----- Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 67º e 64º n.º 4 alínea b) ambos da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do nº 2 do artigo 12º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro: ----

----- 1. Autorizar a celebração do Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Smart Events - Produção de Espectáculos e Organização de Eventos Lda., cuja minuta se anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida; -----

----- 2. Aprovar submeter à Assembleia Municipal nos termos do nº 2 do artigo 12º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro que, mediante a apresentação pela Smart Events – Produção de Espectáculos e Organização de Eventos, Lda. à CML, dentro dos prazos legalmente previstos, dos pedidos de licenciamentos camarários necessários, respectiva documentação, e cumprimento dos requisitos legalmente previstos com vista à obtenção de tais licenciamentos sejam concedidas àquela entidade, as isenções das taxas municipais que seriam devidas por: -----

----- a. Ocupação de via pública em relação ao Parque da Bela Vista pelo período compreendido entre 05 e 31 de Maio de 2007, a que corresponde uma taxa no valor de €3.132.500,00; -----

----- b. Emissão de Licença Especial de Ruído a que corresponde uma taxa no valor de €3470,32 para os seguintes dias e horários: -----

----- i. dias 23, 24, 26, 27 e 30 de Abril e 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11 e 14 de Maio, entre as 8h00 e as 17h00 -----

----- ii. de 15 de Maio a 19 de Maio das 8h00 às 24h00 -----

----- iii. dia 20 de Maio – 00h00 às 24h00 -----

----- iv. dias 21 e 22 de Maio – 8h00 às 24h00 -----

----- v. dias 23, 24, 25, 28, 29, 30 e 31 de Maio das 8h00 às 17h00.” -----

----- (A minuta de protocolo, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivada, junto da proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Senhor Vereador António Prôa**, no uso da palavra, disse que queria dar alguns esclarecimentos relativamente ao que a Câmara pretendia efectivamente com a proposta. No seu essencial tinha uma isenção de taxas muito significativa e era essa, aliás, que vinha sendo uma das principais polémicas em torno da questão. De facto, não havia como enfrentar os problemas e a realidade e, mais do que estar a aprovar ou não a isenção de taxas a uma empresa, o que se estava era a decidir sobre a viabilização ou não de um grande evento de carácter internacional na Cidade de Lisboa. -----

----- O problema com que tinham sido confrontados tinha a ver, na sua opinião, com a desadequação da tabela de taxas, por exemplo neste caso em concreto. Como compreenderiam, esse evento tinha a duração de apenas um dia e, de acordo com a aplicação da Tabela de Taxas em vigor, teriam que ser cobrados cerca de 3.1 milhões de euros. Como era bom de ver, esse evento não se realizaria se a isenção de taxas não fosse aprovada, porque nenhum evento teria condições de viabilidade financeira com a aplicação da Tabela de Taxas. -----

----- A primeira nota que queria deixar era que teria que se adequar rapidamente a Tabela de Taxas, se quisessem ter espaços que pudessem vir a ser utilizados para esse tipo de eventos. A Tabela de Taxas teria que estar adequada a cada espaço e não como era hoje, independentemente do espaço ou o número de metros quadrados que cada

espaço tinha. Era essa aplicação que tivera que ser feita e era esse o valor a que se chegara. -----

----- O que estava em causa era a realização ou não de um grande evento de carácter internacional, que tivera origem em Londres, que tinha percorrido já algumas das principais capitais europeias e que tinha reunido um conjunto muito alargado de pessoas, especialmente de jovens, por onde tinha passado. Era isso que se propunha hoje, viabilizar a realização desse evento na Cidade de Lisboa, porque estava certo que esse evento contribuiria fortemente para a dinamização da Cidade de Lisboa, para a competitividade da Cidade de Lisboa enquanto espaço onde também se pudesse acolher esse tipo de eventos, que levavam mais longe o nome da Cidade de Lisboa e prestigiavam a Cidade de Lisboa. -----

----- Pretendia-se que o evento se realizasse no Parque da Bela Vista, na sua zona central, que tinha um plano de requalificação apenas com um ano, que fora apresentado oportunamente, ainda antes do último grande evento que se realizara, o Rock in Rio 2006. Gostaria que estivesse todo executado mas de facto ainda não estava. -----

----- Além desse plano de requalificação, existia também um perfil de utilização que tinha sido definido pelos serviços como o adequado àquele espaço e o que tinha sido sugerido pelos serviços e aceite pela Câmara Municipal era que aquele espaço era adequado a acolher dois grandes eventos anualmente e que isso seria compatível com a preservação do espaço enquanto parque urbano, grande espaço verde da Cidade de Lisboa. Era isso que estava a ser feito, a cumprir esse plano de requalificação, cumprir esse perfil de utilização. -----

----- Aproveitava para dizer que os parques urbanos da Cidade de Lisboa eram grandes espaços verdes de lazer, de recreio, de contemplação até, de contacto com a natureza e era isso que se queria que continuasse a ser o Parque da Bela Vista e isso era compatível com a realização desses eventos. Não era um parque natural, não era uma reserva, não era um santuário da natureza e fortes investimentos públicos que tinham sido feitos na Cidade de Lisboa, nos grandes parques urbanos da Cidade, deviam ser postos o mais possível ao serviço dos lisboetas. Estava convicto de que a utilização do parque para acolher esse grande evento ia precisamente no sentido de rentabilizar os investimentos que a Câmara tinha feito a esse nível e que tinham sido muitos. -----

----- Queria-se que os parques fossem cada vez mais usufruídos pelos munícipes e parecia que a iniciativa era apropriada, era compatível, estava enquadrada no perfil de utilização que os técnicos da Câmara encontraram como adequado e, portanto, não era mais do que isso que se estava a propor. -----

----- Esses grandes eventos, como tinha ficado demonstrado pela realização de edições anteriores do Rock in Rio, davam notoriedade ao espaço, fazendo com que ele fosse mais atractivo, mais visitado e mais vivido pelas pessoas. Com a realização de mais um evento estariam a contribuir nesse sentido, precisamente para que o espaço fosse mais conhecido e por isso mais utilizado pelos lisboetas, mas queriam fazê-lo com respeito pelo Parque da Bela Vista enquanto grande espaço verde da Cidade. Isso era

feito desde o ano anterior, tendo-se elaborado um conjunto de regras de utilização do espaço, que teriam que ser respeitadas para que qualquer evento fosse compatível com aquele espaço enquanto espaço verde da Cidade. Havia um conjunto de regras que antes não existiam e agora eram aplicadas e impostas a quem quisesse utilizar aquele parque. -----

----- Além do mais, propunha-se uma comissão de acompanhamento durante todo o período da montagem, da realização do evento e da desmontagem, de modo a garantir a preservação das condições daquele parque, o respeito pelo parque e pelas regras de utilização do Parque da Bela Vista. Tinha-se também imposto um seguro para cobrir eventuais danos que pudessem vir a ser causados, e tinha-se exigido uma garantia bancária relativa às contrapartidas que se consideraram exigíveis para que o evento se pudesse realizar. O evento não se realizava sem contrapartidas para a Câmara e o que se pretendia era que a empresa promotora deixasse, no âmbito do Plano de Requalificação do parque da Bela Vista, um contributo para a sua concretização. Era nesse sentido que as contrapartidas propostas estavam na ordem dos 175 mil euros. ---

----- Quanto aos encargos da Câmara, tinham que ver sobretudo com alguns serviços de apoio. Em termos do balanço, com as contrapartidas, o saldo para a Câmara era ainda assim muito significativamente positivo. Eram apoios mínimos, que tinham que ver com limpeza e que não podiam ser feitos por outra entidade que não a Câmara, mas que eram perfeitamente equilibrados em função das contrapartidas que estavam garantidas no protocolo que era proposto. -----

----- Era com orgulho que apresentava a proposta, uma proposta equilibrada, que salvaguardava o interesse da Cidade e dos lisboetas. Embora ainda não totalmente satisfeito, parecia-lhe que apesar de tudo se ia no bom caminho quanto ao equilíbrio da utilização desses espaços verdes, porque eram grandes investimentos públicos que deviam ser o mais possível utilizados. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que intervinha apenas por respeito ao Deputado Municipal Carlos Marques, que tinha feito uma espécie de interpelação ao PSD quanto à forma como votaria esta proposta, depois de se ter denunciado a falta de receita pela falta de cumprimento de obrigações legais por parte do Governo para com a Câmara de Lisboa, para dizer que esta era uma situação diferente. -----

----- Esta isenção, que em rigor era uma condição *sine qua non* para a realização do evento, ou havia isenção ou não havia evento e logo, se não havia evento, não haveria taxas a cobrar. Votaria sempre a favor de isenções desse tipo, isenções que eram multiplicadoras do investimento na Cidade de Lisboa, porque desse evento iria resultar uma actividade económica com outro tipo de receitas, outro tipo de projecção internacional de Lisboa, que tinham evidentes mais-valias. -----

----- Eram situações diversas, porque eram situações multiplicadoras de investimento na Cidade de Lisboa. Era substancialmente diferente de não haver receitas e, portanto, o PSD votaria sempre a favor de isenção de taxas que visassem a promoção de eventos em Lisboa que fossem remuneradores da imagem internacional da Cidade e das actividades económicas na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que tinha ouvido com toda a atenção o Deputado Municipal Saldanha Serra e o raciocínio parecia lógico, mas faltava uma questão que precisava saber, porque se a Câmara ia ilibar cerca de 3 milhões de euros em taxas porque isso ia produzir uma determinada mais-valia, ou seja, era um determinado investimento que trazia um retorno, queria que lhe dissessem quais eram as contas desse retorno. -----

----- Não conhecia ninguém que fizesse um investimento sem primeiro ter um estudo económico a dizer qual era o retorno, porque isso não seria um investimento, era uma despesa. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, disse que não queria pôr de maneira nenhuma em causa a sinceridade das intervenções do Senhor Vereador e do Deputado Municipal Saldanha Serra, mas uma coisa eram as intenções e outra coisa era o que a vida vinha demonstrando. -----

----- Queria desde já dizer que o PCP ia votar contra a proposta, fundamentalmente por três ordens de razão que até tinham sido afluídas pelo Senhor Vereador na sua intervenção. -----

----- A primeira ordem de razão dizia respeito ao destino que o PCP entendia que o Parque da Bela Vista devia ter. Tinha sido com certeza congeminado e projectado para se constituir como uma zona de usufruição da população daquela grande área da Cidade. Acontecia que progressivamente tinha vindo a ser utilizado para palco de grandes eventos e uma das preocupações era se efectivamente a mudança de objectivos não começava a perpetuar outra perspectiva de utilização para o Parque da Bela Vista, que não aquela que devia ter. -----

----- Não tinha dúvida nenhuma de que os grandes eventos serviam os interesses de muita gente, mas a pergunta era se efectivamente serviam aqueles a quem mais devia interessar, a população daquela zona. Essa era a primeira grande preocupação, face a um caminho que tinha vindo a ser trilhado pela Câmara. -----

----- A segunda questão dizia respeito ao negócio propriamente dito. Acontecia que o Senhor Vereador já explicara, e dava de barato, que não seria possível cobrar um nível de taxa como aquele que a actual Tabela exigiria. Era um valor desproporcionado para qualquer evento, mesmo que ele fosse o promotor de chorudíssimos lucros, mas a pergunta que se fazia era que, se já havia experiências anteriores, o Rock in Rio e outras tantas iniciativas, porque é que não se tinha trabalhado desde logo para uma actualização do Regulamento de Taxas que se justificasse à aplicação nesses eventos. Era preciso ir buscar dinheiro onde ele pudesse estar e não fazer nada nesse sentido era uma política extremamente incorrecta. -----

----- O Senhor Vereador e o Deputado Municipal Saldanha Serra tinham falado no efeito multiplicador que o investimento podia ter e o Deputado Municipal Carlos Marques tinha perguntado pela quantificação. Não era fácil fazer essa quantificação e aquilo que era possível ver era que o negócio se podia pautar por uma leitura muito rápida do contrato que fora feito e que obrigava a Câmara Municipal, desde logo, a disponibilizar exclusivamente o Parque da Bela Vista no período compreendido entre

23 de Abril e 31 de Maio de 2007. Não tinha a certeza, mas o que lhe parecia era que a população, durante esse período, não podia lá ir. -----

----- A Câmara ia permitir a utilização das infra-estruturas de iluminação, água e contentores de lixo existentes no parque, obviamente que com os custos inerentes. Depois a Câmara assegurava a limpeza do recinto durante a realização do evento, incluindo a recolha e remoção de resíduos sólidos do local, através dos serviços da CML, obviamente que com os custos inerentes. -----

----- A Câmara ia facultar 1500 grades baixas para o isolamento das áreas de segurança, obviamente que com os custos inerentes. A Câmara ia disponibilizar a utilização de mupis em locais a definir, o que entendia como possibilitar a utilização gratuita. -----

----- A Câmara ia, finalmente, submeter à Assembleia Municipal a isenção de taxas camarárias devidas à ocupação do espaço público e à licença especial de ruído. -----

----- O PCP já dissera que admitia que o valor que as taxas consubstanciavam não era praticável, mas reiterava a ideia de que se não existia uma contrapartida, essa situação teria que se assacar à Câmara, que já deveria ter previsto a necessidade da actualização dessas taxas. -----

----- Por outro lado, importava agora ver quais eram as contrapartidas da empresa, ou seja, as obrigações com que ela teria que se confrontar, devido ao contrato que fizera. As principais que relevava eram as seguintes: -----

----- Colocar o logótipo da Câmara Municipal em local bem visível na entrada do evento; -----

----- Proceder à realização da requalificação do parque, de acordo, como o Senhor Vereador já dissera, com o tal valor de 175 mil euros, que restava saber se era um valor suficiente ou não para promover a necessária requalificação e divulgar a Cidade de Lisboa em todas as referências e divulgações promocionais e informativas que fossem efectuadas através dos *media partners* associados ao evento. -----

----- Parecia-lhe estar claramente plasmado um negócio que a Câmara não devia fazer, pelo benefício que iria proporcionar a uma empresa que visaria certamente um lucro grande e pelas contrapartidas pesadíssimas que a Câmara teria para suportar esse contrato. -----

----- Para terminar não queria deixar de referir uma terceira ordem de grandeza, talvez a mais preocupante de todas. Havia realmente nesse campo, a seu ver, uma política de dois pesos e duas medidas. Quando se tratasse de grandes eventos que eventualmente proporcionariam um maior conhecimento da Cidade e que podiam eventualmente ter o tal efeito multiplicativo do investimento, como fora referido, aí a Câmara não olhava a meios e dava um apoio que diria cego a essas iniciativas. Quando se tratava de iniciativas de índole popular, e podia referir uma série delas, o que se verificava era que ultimamente, por razões de ordem financeira, as dificuldades eram cada vez maiores. Por exemplo, para a organização de uma comemoração do 25 de Abril numa determinada zona da Cidade, a Câmara desde sempre habituara os moradores e as comissões organizadoras a dar todo o apoio, agora já não se passava dessa maneira e o Senhor Vereador devia saber. -----

----- Havia que pagar a montagem, havia que pagar o som, havia que pagar muita coisa. Compreendia que a Câmara tivesse dificuldade em apoiar muitas dessas iniciativas, o que não compreendia e era isso que deixava ao terminar, e era também por isso que o PCP iria votar contra, era essa visão de dois pesos e duas medidas para uma ou outra determinada área. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que estava a ser distribuído, por solicitação do Senhor Presidente da Câmara, um comunicado do Regimento de Sapadores Bombeiros, não como resposta ao requerimento, mas também em função do requerimento. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, começou por referir que o BE não considerava o Parque Urbano da Bela Vista o local mais adequado à realização desse tipo de eventos. Os grandes parques urbanos na Cidade, o da Bela Vista, o Parque de Monsanto, o Parque Periférico, desempenhavam importantes funções ambientais, não serviam apenas para a fruição paisagística das populações, mas desempenhavam funções ambientais. Produziam oxigénio, eram sumidouros do anidrido carbónico, permitiam a infiltração das águas, etc. Sabia que o Senhor Vereador não era sensível a essas coisas e até desconhecia essas funções, mas era a opinião do BE. -----

----- A gestão de parques desse tipo exigia que fosse garantida a sustentabilidade e essa gestão sustentável, no entender do BE, não era compatível com a utilização repetida desses espaços para espectáculos musicais com centenas de milhar de pessoas. Se pretendiam continuar a realizar grandes espectáculos musicais em Lisboa, e não tinha nada contra isso, havia que encontrar espaços para o efeito que não o Parque da Bela Vista. -----

----- A título de exemplo, a Administração do Porto de Lisboa estava a criar em Algés um espaço para eventos musicais, onde não se registavam os mesmos inconvenientes que havia no Parque da Bela Vista. Era um espaço adequado. Na Cidade de Lisboa seria certamente possível encontrar espaços adequados, quer do ponto de vista dos espectáculos, quer do ponto de vista ambiental, e isso era função do Executivo. Essa era uma questão central para o BE. -----

----- O BE também não concordava com a isenção das taxas municipais. Já tinha sido referido em intervenções anteriores as razões pelas quais não concordavam. Não havia nenhum estudo custo/benefício que justificasse que a concessão de isenção trazia benefícios para a Cidade. As contrapartidas apontadas eram diminutas e de facto, se a Cidade carecia de receitas, não fazia sentido dispensar o pagamento de taxas. Sempre se podia dizer que se não houvesse isenção de taxas não havia evento, mas porque é que isso se fazia só com os espectáculos musicais de empresas privadas? Se calhar havia outras actividades que se não pagassem taxas poderiam desenvolver-se na Cidade e no País. Era uma consideração singular e particular para os espectáculos de música, que não tinha qualquer justificação, a não ser que se quisesse aplicar a velha máxima de “dar ao povo circo e pão”, neste caso só com circo e sem pão. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o CDS-PP vinha desde sempre a criticar esse tipo de iniciativas, pelo sistemático

pedido de isenção de taxas. Desta vez, os valores referidos e que eram objecto de isenção faziam pensar e na própria discussão em Câmara o problema da desadequação do regime de taxas tinha sido discutido, parecendo que era claramente uma situação da maior relevância. -----

----- Não se podia continuar eternamente com um regime de taxas que se dizia ser adequado e depois acabava por ele próprio, ao ser desadequado, justificar a sua não aplicação. Era algo que tinha que se interromper de uma vez por todas, ou então era um círculo vicioso, em que todos se convenciam que tinham um regulamento muito bonito, mas que depois acabava por não se aplicar porque sistematicamente se dizia que os valores eram irracionais e, como tal, sendo aplicados, o evento não vinha porque as pessoas não podiam pagar. -----

----- De uma vez por todas devia-se acabar com essa desculpa. Se de facto o Regulamento era inaplicável, então que se tratasse rapidamente de o rever. Talvez fosse bom pensar numa nova teoria de elaboração do Regulamento de Taxas, em que se tivesse em consideração não quaisquer elementos teóricos muito engraçados, mas teria que ter em consideração essencialmente os serviços e a reposição da situação anterior à ocorrência de qualquer evento. Não se tratava apenas de determinar uma qualquer taxa por metro quadrado, porque se calhar era a mesma que se praticava noutra cidade, mas tinha que ver com os custos que o evento trazia para a Cidade, fossem eles nos serviços, que era uma questão que não estava claramente quantificada, fossem na própria perturbação da utilização do espaço em causa. -----

----- Essa era uma prioridade, para não se continuar eternamente a fazer de conta que se aplicavam as taxas, sem que depois se aplicassem. -----

----- No entanto, muito mais importante do que o valor das taxas era algo que neste tipo de propostas nunca aparecia e que o CDS-PP sempre vinha referindo, quando esse tipo de eventos era apresentado, que era esses eventos serem avaliados nas suas consequências para a Cidade, negativas e positivas. Era inevitável que eventos dessa dimensão não podiam continuar a ser vendidos à Cidade numa perspectiva de que se havia taxas não havia eventos, parecia um evento miserabilista que não tinha dinheiro para pagar umas taxas, mas por outro lado eram eventos tão importantes que tinham que vir, pois representavam uma mais-valia notável para a Cidade. Acreditava que representassem, não tinha dúvidas que muitos desses eventos representavam de facto mais-valias para a Cidade, mas que se avaliassem. Não era uma posição que tivesse de hoje, era sistemática em relação a essas situações, tinha sido assim com o Rock in Rio e seria em relação a todas as situações. -----

----- Mais, repetia o que vinha dizendo, de que havia mecanismos e especialistas nessa matéria, que podiam facilmente avaliar o impacto desse tipo de iniciativas. Era algo que enriquecia extremamente a Cidade, enriquecia a experiência desta Câmara Municipal ou qualquer outra, que poderia ter um instrumento fundamental na promoção da Cidade, que quantificava e que o podia defender de forma inequívoca e moderna. Enquanto isso não acontecesse, o seu Grupo Municipal jamais aprovaria propostas desse tipo. -----

----- Podia, por exemplo, ser feito um estudo comparativo com outras cidades. Já se tinha falado que estiveram em Londres, em Madrid, etc., porque não estudar junto dessas cidades como se passava? Que tipo de taxas? Que tipo de comportamento? -----

----- O próprio estudo de viabilidade económico-financeira do evento, era possível determinar a rentabilidade e o equilíbrio financeiro, tanto mais com a experiência que já ia havendo em relação a outros eventos, que um evento desse tipo trazia para a própria organização e como tal adaptar, por exemplo, as contrapartidas dessa organização à sua dimensão económico-financeira, de forma a negociar com ela, como se fazia por exemplo com investimento estrangeiro, com uma qualquer fábrica que viesse para Portugal. Eram estudos que podiam e deviam ser feitos. -----

----- Por não se fazer esse estudo e por não haver noção desse tipo de abordagem, depois encontravam-se contrapartidas de 175 mil euros. Só para ter uma ideia, esse valor a dividir pelos 26 dias do evento, e já não estava entrar com os outros 7 ou 8 dias de ocupação anterior, eram 6700 euros por dia. Não sabia se isso era muito ou pouco e era extremamente interessante haver um apuramento dos custos de recuperação do espaço, ou seja, saber-se exactamente as contrapartidas que a Câmara trouxesse ao evento, a limpeza, o saneamento, etc., todos os serviços que tivesse que prestar, seria interessante saber quanto custavam e saber se os 175 mil euros cobriam ou não uma parte significativa desses encargos. -----

----- Esses eventos eram extremamente interessantes, mas de facto, numa situação em que os meios financeiros eram escassos, em que estavam a ser permanentemente escrutinados e bem pela utilização que se fazia dos meios, esse trabalho tinha que ser feito e a Câmara Municipal tinha que ter, e achava que tinha, os técnicos adequados e com competência suficiente para fazerem esse apuramento de uma forma regular, porque era de uma forma regular que se queria que a Cidade de Lisboa trouxesse até si esse tipo de eventos. Nessa regularidade, que felizmente se ia conseguindo, justificava-se cada vez mais que também o trabalho de avaliação desses eventos fosse feito de uma forma regular e fundamentada. -----

----- O CDS-PP não iria votar favoravelmente a proposta, aliás, como já não o fizera em relação a propostas do passado e não o faria em relação a propostas do futuro, enquanto não visse respondidas essas solicitações. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que com a proposta 158/2007 a Câmara pretendia acordar com a Smart Events a organização do Festival Creamfields no Parque da Bela Vista, nos dias 19 e 20 de Maio, entre as 15 horas da tarde e as 6 horas da madrugada. Entre outras responsabilidades, a empresa ficava obrigada a, por exemplo, fazer um uso prudente do espaço, nomeadamente através do cumprimento das regras de utilização do Parque da Bela Vista, bem como das que fossem definidas no local pela comissão de acompanhamento. Porém, a Assembleia desconhecia quais eram as referidas regras, porque nada lhe fora entregue. -----

----- Em segundo lugar, devia contratar um seguro de responsabilidade civil para cobertura de riscos decorrentes da execução de todos os trabalhos efectuados durante o evento. A empresa teria concordado com esse requisito e o seguro estava feito? -----

----- Terceiro, devia proceder à recuperação do Parque, de acordo com os termos do projecto de requalificação efectuado pela Câmara. Onde estaria esse projecto? Não o conhecia. -----

----- Quarto, a requalificação deveria ser finalizada até 90 dias após 31 de Maio de 2007. Se a requalificação se arrastasse, quais seriam as penalidades? Iria suceder o mesmo que tinha acontecido com o Rock in Rio, em que ficavam sem compensações? -----

----- Quinto, os custos com a requalificação poderiam ascender até ao montante de 175 mil euros, porém, a organização do Festival, após verificar com surpresa que as condições a protocolar não correspondiam ao acordado, negara publicamente ter acordado esse valor com a Câmara. Qual era agora o ponto da situação? -----

----- Sexto, teria que repor as condições e as infra-estruturas existentes no Parque anteriormente à montagem e realização do evento, antes da reabertura ao público, no dia 1 de Junho de 2007. Essa cláusula apenas vinha confirmar o indelével, de que após cada festival o resultado era um verdadeiro crime ecológico para o Parque. -----

----- Sétimo, teria que apresentar um plano de segurança que envolvesse todas as entidades abrangidas no evento, de modo a ser aprovado pela Câmara. O Conselho Municipal de Lisboa já se tinha pronunciado sobre as medidas desse plano? Desde quando não reunia esse Conselho neste mandato? -----

----- Oitavo, teria que se minimizar os incómodos provocados aos habitantes das imediações do Parque, em especial no período nocturno. Como, se a cada festival aumentavam as queixas com a poluição sonora? -----

----- Relativamente ao que oferecia a Câmara ao promotor do espectáculo, a proposta pressupunha também a isenção de taxas municipais à organização do festival, estimadas em cerca de 3.132.500 euros, na sequência da ocupação de via pública pelo período compreendido entre 5 e 31 de Maio de 2007. Os moradores já tinham classificado mesmo como caricata essa intenção da Câmara de isentar do pagamento de milhões de euros em taxas a organização do festival. -----

----- Sobre a isenção de taxas podia-se até fazer uma comparação curiosa, porque no caso do Festival Creamfields a verba de 1.3 milhões de euros era metade do valor pelo qual a Câmara pretendia colocar à venda o Palácio Pombal. Não dava para perceber a forma de agir da Câmara. -----

----- Dizia a Vereação que: “Este pedido de isenção é sustentado pelos dividendos que a realização do evento na Cidade de Lisboa trará em termos de animação da Capital, bem como para a divulgação do nome e da imagem da Cidade em Portugal e no mundo, pois é comum os municípios oferecerem este tipo de condições de forma a atrair a si eventos de grande escala.” Sublinhava-se que: “a alternativa à não isenção de taxas municipais é não ser realizado qualquer evento na Cidade de Lisboa” -----

----- Quanto a isso, nestas condições, só podia afirmar que nem se perdia nada se não se realizasse. -----

----- O protocolo exigia o pagamento de contrapartidas por parte da promotora do festival, que seriam aplicadas directamente na execução do projecto de requalificação do Parque da Bela Vista. Confirmava a Câmara que se incluía a construção de um skate park? -----

----- Considerando que o Parque da Bela Vista tinha sido previsto como parte integrante da estrutura verde urbana e indissociável dos fluxos ecológicos na Cidade, o que vinham significando os festivais de música para Lisboa e para os moradores da Freguesia? Um parque novo em folha, que tinha custado umas centenas de milhar de contos na moeda da altura e que era a satisfação das pessoas, ficar destroçado e pejado de lixo. -----

----- O que ganhava desta vez a Freguesia e os moradores de Marvila e arredores? Um espaço cedido a um novo acto de vandalismo ambiental e ruído. -----

----- Todavia, os espaços verdes não podiam ser olhados como meros pólos de atracção para turismo. A Cidade devia ser planeada para garantir a qualidade de vida de todos os que nela viviam e trabalhavam. -----

----- Também segundo o Observatório do Parque da Bela Vista, imoral era pouco para se definir o tratamento privilegiado que se pretendia dar a quem iria degradar esse espaço público. -----

----- Mais, era uma vergonha colocar sequer a discussão sobre a possibilidade de se isentar o promotor do festival, parecendo caricato que a Câmara acenasse com um protocolo como justificação dessa isenção, sabendo-se, como se comprovava no local, que semelhante protocolo com o organizador do Rock in Rio 2006 não estava, nem provavelmente estaria nos tempos mais próximos, minimamente cumprido pela parte que tocava ao promotor. -----

----- Queriam sugestões? Porque não introduzir alternativas para um tipo de uso diferente do Parque? Como a de um laboratório sobre a vida natural, ou de um experimentalário na Bela Vista. -----

----- Outro exemplo: para quem não soubesse, o próximo Rock in Rio 2008 decorreria nos dias 30 e 31 de Maio e 6, 7 e 8 de Junho no Parque da Bela Vista, em Lisboa, e pela primeira vez em Madrid a 27 e 28 de Junho e 4,5 e 6 de Julho, em Arganda Del Rey, numa estratégia de internacionalização do projecto. O palco principal iria funcionar com energia solar, com a utilização de 240 painéis solares. A medida inseria-se na estratégia da organização para a próxima edição do festival, cujo tema central era o ambiente, sensibilizando para o problema das alterações climáticas. Com os painéis, que integravam a própria estrutura do palco, esperavam produzir 19.000 kw de electricidade, o que equivalia, segundo a organização, ao consumo diário de uma localidade de 2500 habitantes e a evitar a emissão de 9 toneladas de CO2. O acordo com a autarquia madrilenha tinha a validade de três anos, o que implicava a realização de pelo menos outras tantas edições. Restava perguntar se o Ayuntamiento em Espanha também planeava deteriorar, como a Câmara de Lisboa, um qualquer parque ajardinado, como o da Bela Vista, que deveria ser utilizado como espaço público de lazer. -----

----- Claro que não. Seria construída uma cidade do rock de raiz nos arredores da Cidade, com uma área de 200.000 m2. -----

----- Para finalizar, recordava que o festival na Bela Vista prometia ainda 16 horas ininterruptas de música para as mais de 30 mil pessoas que adquirissem bilhete para o espectáculo, bem como ruído completamente grátis para os moradores de toda a zona

habitacional envolvente. De todas as cedências a promotores, a única coisa certa que resultava, era a experiência que o demonstrava, era que o Parque da Bela Vista corria o risco de, a muito breve trecho, ser cada vez menos um local aprazível para utilização dos lisboetas e isso era um triste e lamentável espectáculo. Por isso o PEV votaria contra essa desafinada música de câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra, disse que queria falar sobre duas situações concretas quanto a pagamentos ou alterações que se passaram do ano 2006 para o ano 2007 e que tinham a ver com a questão dos pagamentos que eram feitos pelas Juntas de Freguesia. -----

----- A Junta de Freguesia da Ajuda, e outras, durante o ano tinham diversas actividades com a comunidade, com as instituições, com as crianças, com os idosos, e para as quais precisava do apoio logístico da Câmara Municipal, que tinham vindo a ser atendidas ao longo dos anos e que a partir deste ano deixaram de ser como eram. Por exemplo, no presente ano tinham realizado duas actividades, que se realizavam há muitos anos e a que a Câmara dava apoio com os seus equipamentos, nomeadamente palcos e cadeiras, aos quais não era cobrado qualquer valor, também este ano a Câmara não tinha cobrado qualquer valor mas tinha deixado de dar apoio no transporte e na montagem. -----

----- Estava a falar do desfile de Carnaval, com cerca de mil crianças na Freguesia, o qual terminava num local onde havia um palco para fazer animação com as crianças. Era uma iniciativa sem fins lucrativos, mas que a Junta de Freguesia passara a pagar o transporte e montagem do equipamento. -----

----- Por outro lado, na Semana da Juventude, durante a qual se realizavam diversas iniciativas e para as quais também eram precisos palcos, tinha acontecido a mesma coisa. -----

----- Outra coisa era um pedido que também costumava fazer para o Dia Mundial da Criança, em que era cedido o espaço no Parque dos Moinhos para fazer uma iniciativa com as crianças da Freguesia da Ajuda, só que este ano tinham dito que cediam mas teriam que cobrar taxas para utilização do espaço. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, submeteu à votação a proposta 158/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, votos contra de PS, PCP, BE e PEV e abstenção do CDS-PP. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária, iniciada no dia 17 de Abril de 2007. -----

----- Eram 20 horas. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segunda Secretário, _____ . --

----- A PRESIDENTE -----